

O MEIO AMBIENTE NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DO BRASIL REDEMOCRATIZADO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU DE 1985 A 2022

Derliz Hong Hung Moreno*
Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski**

* Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento e especialista em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialista em Gestão Sustentável e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e pós-graduando em Gestão de Cidades Inteligentes pela Escola de Administração Pública (EAP), vinculada ao Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) de Curitiba. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *E-mail:* derlizmoreno@gmail.com.

** Doutora em Direito Internacional e da Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente de Administração Pública e Políticas Públicas na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). *E-mail:* maria.brzezinski@unila.edu.br.

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 17 nov. 2022.
Aceite: 25 nov. 2022.
Publicação online: fev. 2023.

RESUMO

Desde que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, o Brasil é responsável por inaugurar as sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AG/NU), na qual ocupa um espaço de ampla visibilidade no exercício da diplomacia. Adotando o recorte temporal de 1985 a 2022, o presente trabalho analisa os posicionamentos presidenciais acerca da questão ambiental na AG/NU, de José Sarney de Araújo Costa, o primeiro presidente no período pós-Ditadura Civil-Militar, à Jair Messias Bolsonaro. Foram descritos, ainda, os contextos nacionais relevantes de cada discurso analisado no período definido, cujo ano de 2022 marca as três décadas desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Constatou-se que os posicionamentos assumidos nas sessões da AG/NU variaram entre diversas perspectivas no tocante à pauta ambiental, desde projeção imagética de potência ambiental, com finalidade de trocas no plano internacional, até negacionismo de consensos científicos e políticos. Com a promulgação da Constituição de 1988 e o advento da Rio-92, o Governo brasileiro tentou adotar protagonismo na agenda ambiental, introduzindo normas sobre proteção ambiental no ordenamento jurídico interno e cooperando com as demais nações na elaboração de tratados, mesmo que, por vezes, a justiça social e econômica tenha mais proeminência do que temas como a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas. Imerso em crise política desde 2013, o Brasil sofreu desmonte de instituições e de políticas ambientais, cortes orçamentários e retrocessos legais nas mais distintas matérias. Na contramão das gestões anteriores, a diplomacia do governo Bolsonaro optou por utilizar as sessões da AG/NU como palco para o público interno identificado com a extrema direita. Negou-se a existência dos impactos decorrentes da crise civilizatória, questionaram-se dados científicos e desautorizaram-se críticas construtivas, deslegitimando seus autores em detrimento de sua reputação de ator relevante nas relações internacionais. O estudo dos discursos das autoridades brasileiras nas sessões da AG/NU permite constatar a ascensão e queda de uma liderança nos debates sobre meio ambiente no seio das relações internacionais.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Agenda Ambiental Internacional; Brasil.

ABSTRACT

Since the United Nations (UN) was created, Brazil has been responsible for inaugurating the sessions of the United Nations General Assembly (AG/NU), in which it occupies a space of wide visibility in the exercise of diplomacy. Adopting a time frame from 1985 to 2022, this paper analyzes presidential positions on the environmental issue at GA/NU, from José Sarney de Araújo Costa, the first president in the post-Civil-Military Dictatorship period, to Jair Messias Bolsonaro. The relevant national contexts of each speech analyzed in the defined period were also described, whose year 2022 marks the three decades since the United Nations Conference on Environment and Development. It was found that the positions taken in the GA/NU sessions varied between different perspectives regarding the environmental

agenda, from imagery projection of environmental power, with the purpose of exchanges at the international level, to denial of scientific and political consensus. With the promulgation of the 1988 Constitution and the advent of Rio-92, the Brazilian Government tried to take a leading role in the environmental agenda, introducing norms on environmental protection in the internal legal system and cooperating with other nations in the elaboration of treaties, even if, sometimes, social and economic justice have more prominence than topics such as biodiversity conservation and climate change. Immersed in a political crisis since 2013, Brazil has suffered the dismantling of institutions and environmental policies, budget cuts and legal setbacks in the most diverse matters. Contrary to previous administrations, the diplomacy of the Bolsonaro government opted to use the GA/NU sessions as a stage for the internal public identified with the extreme right. The existence of impacts resulting from the civilizing crisis was denied, scientific data were questioned and constructive criticism was disallowed, delegitimizing its authors to the detriment of its reputation as a relevant actor in international relations. The study of the speeches of the Brazilian authorities in the GA/UN sessions allows us to observe the rise and fall of leadership in the debates on the environment within international relations.

Keywords: International Relations; International Environmental Agenda; Brazil.

Copyright © 2022, Derliz Hong Hung Moreno / Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: MORENO, Derliz Hong Hung; BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. O meio ambiente nos discursos presidenciais do Brasil redemocratizado na Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2022. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguacu, v. 1, n. 1, p. 17-43, fev. 2023.

INTRODUÇÃO

O debate de temas relacionados ao meio ambiente na seara das relações internacionais é recente, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos mais relevantes foros. Na Assembleia Geral (AG), seu órgão plenário, todos os Estados-membros possuem assento permanente, sem que haja possibilidade de vetos. Honrando o desempenho do diplomata Oswaldo Euclides de Sousa Aranha na constituição da ONU — fundada em 24 de outubro de 1945 —, o Brasil é, tradicionalmente, o país que profere o discurso inicial nas Sessões Ordinárias da Assembleia Geral das Nações Unidas (AG/NU). Aranha presidiu a I Sessão Especial da AG/NU, em 31 de outubro de 1956, e a XII Sessão Ordinária do encontro, em 19 de setembro de 1957.

Realizada no *Methodist Central Hall*, em Londres (Reino Unido), em 10 de janeiro de 1946, a I Sessão Ordinária da AG/NU teve como orador brasileiro o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas. Somente em 1982 os presidentes passaram a discursar naquele espaço, a partir do discurso de João Baptista de Oliveira Figueiredo (15/3/1979-15/3/1985) — o último chefe de Estado do Regime Civil-Militar (CORRÊA, 2007; LIMA, ALMEIDA e FARIAS, 2017). Por conseguinte, as falas presidenciais são fontes relevantes para a compreensão das pautas priorizadas e dos posicionamentos de cada governo em relação aos temas mais debatidos na ONU. Conforme Passarinho (2019), trata-se de “uma grande oportunidade para um país vender ao mundo suas prioridades internas e externas, as credenciais para assumir posições de protagonismo internacional e se defender de ataques, se estiver no centro de alguma polêmica”.

Enfocada na questão ambiental, a presente pesquisa exploratória investiga os posicionamentos assumidos na AG/NU pelas sucessivas gestões presidenciais do Brasil redemocratizado, com exceção de Itamar Augusto Cautiero Franco (29/12/1992-1/1/1995), o único a não se pronunciar na ONU. Tem-se, destarte, como objetos de análise, os discursos presidenciais de José Sarney de Araújo Costa (15/3/1985-15/3/1990), Fernando Affonso Collor de Mello (15/3/1990-29/12/1992), Fernando Henrique Cardoso (FHC) [1/1/1995-1/1/2003], Luiz Inácio Lula da Silva (1/1/2003-1/1/2011), Dilma Vana Rousseff (1/1/2011-31/8/2016), Michel Miguel Elias Temer Lulia (31/8/2016-1/1/2019) e Jair Messias Bolsonaro (1/1/2019-1/1/2023). Sarney e Collor foram oradores em duas ocasiões, Cardoso uma vez, Lula em seis encontros, Rousseff cinco vezes, Temer três vezes e Bolsonaro quatro vezes. Diferente dos demais, os três últimos participaram de todas as ocasiões realizadas durante suas gestões.

Busca-se, portanto, descrever as posições do Estado brasileiro no mais importante foro internacional multilateral. Intenta-se, ainda, interpretar os discursos das autoridades à luz dos contextos nos quais foram proferidos, extraindo do conjunto um sentido acerca do papel do Brasil como relevante ator no plano internacional. Dividiu-se o artigo em sete partes, incluindo a introdução e as considerações finais. Foram, primeiramente, descritos e analisados os discursos de Sarney, o primeiro presidente civil após a Ditadura Civil-Militar. Posteriormente, na Nova República, analisaram-se os pronunciamentos de Collor de Mello e de Cardoso, os quais são seguidos pelos pronunciamentos dos petistas Lula e Rousseff. Quanto à última parte do recorte temporal definido, esta se debruçou nos discursos de Temer e Bolsonaro — período que constituiu uma transição substancial nos

posicionamentos brasileiros, especialmente no último governo analisado, o qual adotou uma agenda antiambiental.

1 PRONUNCIAMENTOS DAS AUTORIDADES DO BRASIL EM VIAS DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Na década de 1970, começou-se a debater a questão ambiental na seara internacional. Segundo Hobsbawm (1995, p. 408), “fosse a questão a defesa das baleias ou a preservação do lago Baikal na Sibéria”, o meio ambiente era uma questão *sine qua non*. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo, em 1972¹, em plena Guerra Fria, opunha países do Norte aos do Sul — estes preocupados em assegurar o direito de promover crescimento econômico, a despeito da poluição e da contaminação ambiental. O Brasil detinha reputação internacional desfavorável: prevalecia a imagem de um país não democrático, cujo regime civil-militar iniciado em 1964 atuou com descaso diante do descontrolado crescimento demográfico, dos altos índices de crimes ambientais e contra os direitos humanos, tendo contado desfavoravelmente as “fortes tendências nacionalistas e ambições de domínio da tecnologia nuclear” (LAGO, 2013, p. 30-68)².

Em período de redemocratização do Estado brasileiro, iniciado em 1985, o civil José Sarney, primeiro chefe de Estado depois do fim da Ditadura Civil-Militar³, discursou na XL e na XLIV Sessão Ordinária da AG/NU, realizadas em 1985 e em 1989, respectivamente. A superação do autoritarismo e a recuperação dos setores políticos e institucionais eram as linhas “de atuação da diplomacia brasileira (CORRÊA, 2007, p. 441-443). O momento é caracterizado como o início da era dos Estados sul-americanos “neoliberais” (BANDEIRA, 2002), os quais, naquela “década perdida” se propunham a transpor suas crises de dívida externa privatizando empresas estatais, desregulamentando a economia e promovendo unilateralmente a liberalização do comércio exterior (GRAY, 1999). No âmbito externo, havia constantes “constrangimentos e restrições, por

espaços que se fechavam, quer em função da crise e da desmobilização do mundo em desenvolvimento, quer pelo controle exercido pelos países desenvolvidos sobre a agenda internacional” (CORRÊA, 2007, p. 441-443).

Intitulado “O Sentimento do Mundo”, o discurso proferido por Sarney na XL AG/NU, em 23 de setembro de 1985, sustentou que o país estava reconciliado e que orientaria seu governo a partir da filosofia do liberalismo político que beneficiaria a questão social. Ao se referir à política externa brasileira, o presidente recuperaria significativamente a qualificação de “independente” (SARNEY, 2007a, p. 445-459). Sarney enfatizou a enorme dívida externa de países latino-americanos, os quais enfrentavam “um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência”. Apesar de não ter feito menção direta à questão ambiental, Sarney manifestou a necessidade de um urgente plano de pacificação para a erradicação da fome, declarando que “a humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome, o que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos”.

O Brasil, ainda conforme o presidente, vivia “o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome”, estando o país disposto a cooperar entusiasmadamente com uma mobilização advinda da comunidade internacional, com a finalidade de “eliminar esse flagelo antes do fim do século. Esse desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade” (SARNEY, 2007a, p. 458). Até esta fase da Nova República, a questão ambiental não fazia parte do rol de assuntos abordados pelas autoridades brasileiras nas sessões de abertura da AG/NU.

Um ponto de inflexão somente surgiria a partir da promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988⁴. Queda nas taxas de crescimento econômico e pressões econômicas e comerciais da década de 1980 confluíram com pujantes demandas na seara ambiental, o que acarretou mudanças no

¹ Convocada pela XXIII Sessão da Assembleia Geral da ONU (AG/NU), pela Resolução Nº 2.398, de 3 de dezembro de 1968.

² A respeito da diplomacia brasileira nas grandes conferências ambientais da ONU, ver o estudo: MORENO, Derliz Hong Hung; BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins; NICOLÁS, María Alejandra. A Agenda Ambiental Internacional e o Brasil: Cinco Décadas de Avanços e Retrocessos. In: OLIVEIRA, Gilson Batista de (org.). **Estudos sobre Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional**. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021. p. 15-61.

³ José Sarney, que seria vice-presidente, assumiu extraordinariamente a presidência da República, em função do falecimento de Tancredo de Almeida Neves, em 21 de abril de 1985 antes da posse. Antes de Sarney, o primeiro chefe de Estado a

discursar na AG/UN foi João Figueiredo na XXXVII sessão, em 27 de setembro de 1982, sem fazer qualquer menção a temas ambientais A XXXVII Assembleia Geral das Nações Unidas ocorrida em 27 de setembro de 1982 fundou a participação de chefes do Estado brasileiro no evento, com o presidente militar João Figueiredo, que discursou somente naquela ocasião, sem qualquer menção à pauta ambiental (ALIUS, 1982, p. 7; BRASIL, 1982, p. 1; CORRÊA, 2007, p. 402; FIGUEIREDO, 2007, p. 405-416).

⁴ No Artigo 225, a vigente constituinte proclama o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2016, p. 131).

posicionamento brasileiro sobre meio ambiente (CORRÊA, 2007, p. 501). Externamente, a imagem do país estava comprometida em função dos intensos desmatamentos em todos os biomas, com intensos focos de queimadas na Amazônia, tendo havido também grande comoção internacional devido ao assassinato do ambientalista e seringueiro Francisco Alves Mendes Filhon, mais conhecido por Chico Mendes (MIYAMOTO, 2011, p. 13). Junto às imagens de devastação florestal, por garimpos e queimadas, de acordo com Corrêa (2007, p. 501-502), o fato excitou "a imaginação da opinião pública mundial, especialmente nos países desenvolvidos". Desde então, o país que se recusava a responder aos questionamentos da comunidade internacional sobre o meio ambiente começou a aderir formalmente à agenda ambiental internacional e passou a instituir políticas públicas de proteção ambiental.

No fim de seu mandato, Sarney discursou na XLIV Sessão Ordinária da AG/NU, em 25 de setembro de 1989, quando ressaltou "a apreciação favorável da evolução da conjuntura internacional, sem deixar de assinalar a persistência de graves problemas irresolvidos no Oriente Médio, na África do Sul e no Timor Leste" (CORRÊA, 2007, p. 502). O pronunciamento foi enfático ao tratar da crise econômica na América Latina, com prejuízos ao desenvolvimento socioeconômico, em contraposição aos logros na democracia e nas liberdades públicas.

Quanto ao meio ambiente, Corrêa (2007, p. 503) pontua que Sarney tratou a pauta sob duas óticas: I. De proteção à soberania nacional; e II. De disponibilidade para cooperação, simbolizada pela sugestão da cidade do Rio de Janeiro para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada de 3 a 14 de junho de 1992. Primeiramente, o chefe de Estado declarou que os maiores responsáveis pela poluição ambiental são os países industrializados e que, por conseguinte, as nações em desenvolvimento não poderiam "aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável que

confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta" (SARNEY, 2007b, p. 511).

Explicitou-se no discurso que a disposição do Brasil para sediar a Rio-92 reflete a relevância atribuída à causa ambiental e a disposição do Governo Federal de incidir serena e abertamente sobre ela (SARNEY, 2007b, p. 511). Ciente da situação de sua "exuberante, rica e extraordinária natureza", o Brasil não abdicaria de proteger as florestas e toda a biodiversidade, definidas como patrimônio e riqueza do território. Asseverou o presidente que: "Se o mundo hoje pode voltar suas vistas para a Amazônia é porque os brasileiros souberam conservá-la até agora e o farão para o futuro". Também foi dito que a nação estava disposta, como sempre estivera, a cooperar nesta direção, desde que não houvesse imposições que atingissem a soberania.

Por fim, Sarney divulgou resultados obtidos a partir do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal ou Programa Nossa Natureza⁵, criado por meio do "Decreto Nº 96.944, de 12 de Outubro de 1988". Mencionou-se a diminuição das queimadas em aproximadamente 40% em um único ano, a proibição da exportação de madeiras em tora, a retirada de incentivos a projetos predatórios e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dada por meio da "Lei Nº 7.735, de 22 de Fevereiro de 1989". Dezenas de órgãos em amplo projeto de proteção ecológica, segundo o presidente, foram reunidos por meio da entidade e, naquele momento, oito milhões de hectares estavam em regime de preservação permanente (SARNEY, 2007b, p. 512). Em dezembro de 1989, a Assembleia Geral selecionou o Brasil para ser a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conforme "Resolução Nº 44/228", de 22 de dezembro de 1989⁶ (LAGO, 2007, p. 52; 67).

2 O MEIO AMBIENTE NO INÍCIO DA NOVA REPÚBLICA

Na primeira eleição direta após a Ditadura Civil-Militar, o país elegeu Fernando Collor de Mello, cuja

⁵ Embora tenha havido êxitos iniciais do programa "Nossa Natureza" e apoio obtido junto aos países amazônicos na reunião de cúpula celebrada em Manaus sob o marco do "Tratado de Cooperação Amazônica" (TCA), acentuaram-se ao longo do ano os constrangimentos no campo do meio ambiente, obrigando o Governo brasileiro a exaustivas campanhas de esclarecimento (CORRÊA, 2007, p. 502).

⁶ A Assembleia Geral tinha decidido realizar uma conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente um ano antes, por meio da "Resolução Nº 43/196", de 9 de dezembro de 1988. Lago (2013, p. 88-99) relata que o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi quem tomou iniciativa de sugerir ao presidente que o Brasil se pusesse à disposição para receber o evento. Pautado na "avaliação de que, politicamente e em matéria de imagem, o País tinha mais a

ganhar do que a perder ao tomar essa decisão que representava altos riscos", Sarney acatou a ideia e solicitou que o embaixador Paulo Nogueira Batista Júnior formalizasse a proposta brasileira na Assembleia Geral da ONU. O gesto, segundo Lafer (2017, p. A2), indicava que o Brasil estava disposto a construir uma cooperação em âmbito internacional de forma condizente aos "objetivos e valores da [recém-promulgada] Constituição de 1988", demonstrando disposição para proteger as áreas naturais de seu território e demonstrando interesse em desenvolver a economia a partir de tecnologias sustentáveis. Igualmente, Corrêa (2007, p. 502) constata que, "com esse oferecimento, a diplomacia brasileira evoluiu de uma postura defensiva para uma posição aberta e transitiva, adquirindo o Brasil credenciais de interlocutor essencial no encaminhamento multilateral das questões ambientais".

gestão foi iniciada em 15 de março de 1990. Frente ao clima otimista do fim da Guerra Fria⁷, concernente à política externa, havia uma transição da atuação diplomática alinhada aos países em desenvolvimento, buscando compatibilização com as cobranças dos países desenvolvidos (CORRÊA, 2007, p. 517).

Na XLV Sessão Ordinária da AG/NU, em 24 de setembro de 1990 (COLLOR, 2007a), o discurso presidencial denotou uma "visão voluntarista e triunfalista do Brasil e da realidade intencional" (CORRÊA, 2007, p. 518). As palavras de Collor enunciaram três aspectos de inovação da atuação da diplomacia brasileira, a saber: I. "A modificação da postura em relação ao Tratado de Tlatelolco [Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe]"; II. "Uma postura mais transitiva em matéria de cooperação internacional para a preservação do meio-ambiente [sic]"; e III. "Uma atitude positiva em relação à cooperação internacional em matéria de direitos humanos".

Internamente, os acontecimentos se projetavam desfavoravelmente a partir das primeiras denúncias de corrupção e de instabilidade no plano político, o que conduziu ao *impeachment* de Collor em 1992 (CORRÊA, 2007, p. 531-532). A economia se deteriorava após o Plano Collor e os esforços governamentais visando a recuperação das relações com a comunidade financeira internacional e de retomada da prática da ortodoxia na política econômica não evitaram o retorno da inflação e a desestabilização do sistema. Mergulhado neste contexto, segundo Corrêa (2007, p. 532-533), Collor foi mais cauteloso ao se pronunciar na abertura da XLVI Sessão Ordinária da AG/NU, realizada em 23 de setembro de 1991. O presidente expôs seu programa de modernização com apologia ao social-liberalismo, tendo proferido um "discurso predominantemente conceitual em que se retomam os temas tradicionais da diplomacia brasileira: desenvolvimento e paz". Mencionando os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Collor cunhou a frase que seria muito repetida no vindouro evento: "Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto" (COLLOR, 2007b, p. 542).

Tal como complementam Aguiar, Mattos e Cardoso (2015, p. 160), paulatinamente, o país foi se desvinculando do discurso radical de soberania para um posicionamento de maior cooperação. Lisboa (2013, p. 84) acrescenta que o Governo Federal do Brasil ainda transformou a Secretaria Especial do Meio

Ambiente (SEMA) em Ministério, a partir do Artigo 21 da "Lei N° 8.490, de 19 de Novembro de 1992" — sancionado por Itamar Franco, ainda na vice-presidência, no exercício do cargo de presidente.

Já no decorrer da última década do século XX, houve melhora da reputação do Brasil no plano internacional (ALMEIDA, 2020, p. 122). A Rio-92 foi responsável por inverter "a má imagem prevalecente no período anterior em decorrência do desmatamento amazônico e de outras graves deficiências em matéria de direitos humanos ou tratamento de minorias". Lago (2013, p. 69; 158) ressalta que, até aquele momento, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento constituiu o maior evento das Nações Unidas, o qual ocorreu na confluência de maduros processos multilaterais em contexto político paralelo ao fim da Guerra Fria e com o assentamento do liberalismo econômico.

Estiveram presentes, conforme Lafer (2017, p. A2), 102 chefes de Estado ou de governo, delegações de 186 países, 16 agências especializadas, 35 organizações governamentais e 1800 organizações não governamentais (ONGs). No evento, foi consagrado o uso do termo "desenvolvimento sustentável", cunhado pelo Relatório Brundtland, oficialmente denominado "Nosso Futuro Comum" (1987), foram assinados tratados internacionais sobre mudanças climáticas e biodiversidade e foi aprovada uma resolução com 27 princípios: a "Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento".

De acordo com Cervo (2003, p. 18), a era Cardoso (1995-2003) não apresentou projeto de desenvolvimento, foi marcada pela estagnação da economia e pelo fim do ciclo de seis décadas de desenvolvimento. FHC "ofereceu o espetáculo da dança dos paradigmas: o desenvolvimentista, que agonizava[,] mas não morria, o normal, que emergia de forma prevalecente, e o logístico, que se ensaiava ao mesmo tempo".

Na LVI Sessão Ordinária da AG/NU — realizada em Nova Iorque pouco tempo depois do atentado às Torres Gêmeas do complexo *World Trade Center* — Fernando Henrique Cardoso se pronunciou pela primeira e única vez em oito anos de mandato. Segundo constatam Mac e Alves (2020), as palavras mais utilizadas no pronunciamento foram: I. Desenvolvimento, com dez menções; II. Países e globalização, com nove; e III. Terrorismo, com oito. No discurso, o Presidente "recordou a reação do Brasil, a solidariedade que expressara de imediato ao Presidente George [Walker] Bush, nossa veemente

⁷ Significativas transformações estruturais no âmbito internacional ocorreram no ano que precedeu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, desde os efeitos da Guerra do Golfo Pérsico, de 17 de janeiro de 1991 a 28 de fevereiro de 1991, até a formal dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 26 de dezembro de 1991. Finda a Guerra Fria (HOBBSAWM, 1995 p. 223-252), a

ordem mundial passou de bipolar para multipolar (KISSINGER, 2015) e a preeminência estratégica e militar dos EUA era matizada pela "crescente fragilidade econômica e financeira e em que a pulverização de poder no plano global conduz à regionalização e, em certos casos, ao agravamento de conflitos" (CORRÊA, 2007, p. 531).

condenação ao terrorismo e nossa proposta de convocação do órgão de consulta do TIAR [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca]" (CORRÊA, 2007, p. 678).

O chefe do Estado brasileiro enfatizou: "Há coisas que são óbvias, mas[,] que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões" (CARDOSO, 2007, p. 682). Cardoso traçou um paralelo entre os grandes temas do momento (contrabando de armas, lavagem de dinheiro, narcotráfico e terrorismo) e se debruçou enfaticamente no desenvolvimento. Sem relacionar terrorismo a condições de pobreza, a fala "insistiu na importância de suprir as deficiências do processo de globalização e [de] eliminar os *déficits* de governança e democracia prevaletentes no mundo" (CORRÊA, 2007, p. 678).

Uma pequena parte do discurso tratou da pauta ambiental: "A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são também desafios inadiáveis de nosso tempo. A marcha das alterações climáticas é um fato cientificamente estabelecido, mas não é inexorável" (CARDOSO, 2007, p. 685). Foi observado, ainda, que o futuro dependia das ações tomadas naquele período, sobretudo, quanto ao "Protocolo de Kyoto". Informou-se que seria encaminhada uma mensagem ao Congresso Nacional, a fim de agilizar a ratificação do documento⁸. O chefe de Estado também saudou o sucesso da sétima Conferência das Partes (COP7) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), ocorrida de 29 de outubro a 10 de novembro de 2001, em Marrakesh (Marrocos). Segundo Cardoso, o evento constituiu um "passo decisivo para o controle e futura reversão do aquecimento da atmosfera".

3 A QUESTÃO AMBIENTAL NOS PRONUNCIAMENTOS DE LULA NA AG/NU

Em 2003, foi empossado como presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Como outros países da América do Sul, segundo Gudynas (2013, p. 57-58), o Estado brasileiro vivenciava "uma globalização turbulenta" e era gerido por um grupo

⁸ O Congresso Nacional aprovou o texto via "Decreto Legislativo Nº 144, [de 20 de junho] de 2002" e o Governo Federal ratificou o tratado em 23 de agosto de 2002. Após vigorar internacionalmente a partir de 16 de fevereiro de 2005, o documento foi promulgado pelo presidente Lula por meio do "Decreto Nº 5.445, de 12 de Maio de 2005". O Protocolo de Kyoto é um dos tratados resultantes de negociações no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

⁹ Costa (2019, p. 53-54) complementa que as mudanças trazidas por governos de esquerda e de centro-esquerda também ficaram

político-partidário progressista ou da "nova esquerda": o Partido dos Trabalhadores (PT)⁹. O primeiro mandato de Lula "foi marcado por fortes pressões externas e por um conjunto de decisões de governo destinadas a afiançar o comprometimento da nova administração brasileira com a estabilidade macroeconômica". Internamente, o país recuperou a confiança de investidores e prosseguiu rumo à estabilidade, com razoável crescimento econômico (CORRÊA, 2007, p. 699). Destarte, desde que compensações para países em desenvolvimento pela proteção das florestas fossem negociadas, o Estado brasileiro aderiu à problemática florestal em negociações sobre o clima (FARIAS *et al.*, 2021, p. 77).

Lula estreou na AG/NU em 23 de setembro de 2003, na LVIII Sessão Ordinária, sem menção ao tema ambiental. As palavras mais pronunciadas, de acordo com Mac e Alves (2020), foram: I. Fome, com 18 menções; II. Nações, com dez; e III. Desenvolvimento, com nove. Entre outros temas, o presidente realçou a adesão brasileira à democracia e ao multilateralismo e afirmou que "as tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central" (SILVA, 2007a, p. 704). Foi destacado o papel-chave das relações do Brasil com as demais nações da América do Sul — principalmente com a Argentina —, fez-se uma síntese dos impactos da política externa do país — com ênfase no âmbito regional e com a África e o Oriente Médio — e abordado "extensamente o tema que singularizou os primeiros momentos de sua projeção internacional: a guerra contra a fome e a miséria".

Quanto aos programas em implantação no território brasileiro, Lula "enfatizou a necessidade de iniciativas no plano internacional e recordou a proposta que fizera da criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome", chegando "a sugerir a constituição, no âmbito da ONU, de um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por Chefes de Estado e de Governo de países de todos os Continentes" (CORRÊA, 2007, p. 701). O discurso foi concluído com um apelo para a humanização, posto pelo presidente como "o maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo", e também com um chamado pela construção da paz a partir da justiça social (SILVA, 2007a, p. 710).

A desigualdade entre as nações voltou a ser tratada no discurso seguinte, proferido na LIX Sessão

conhecidas como "maré rosa", a qual compreendeu, na prática, a implementação de políticas de transferência de renda. Responsável por reduzir significativamente a pobreza, a intervenção dos Estados nesse período não conseguiu promover mudanças estruturais nas desigualdades, haja vista que, "quando os governos da maré rosa tentaram promover mudanças mais enfáticas nas hierarquias sociais existentes, as elites locais reagiram, desestabilizando-os".

Ordinária da AG/NU, em 21 de setembro de 2004, ocasião em que a pauta ambiental apareceu pela primeira vez na fala de Lula. Havendo "conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta", conforme o presidente, "é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável" (SILVA, 2007b, p. 717). Ele defendeu que "a natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo".

Para Lula, a geração da época tinha potencial de adotar medidas efetivas na contenção da crise civilizatória: "Se os recursos disponíveis são fantásticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?" (SILVA, 2007b, p. 717-718). Era necessária, ainda, "uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais", a fim de retomar o modelo de "desenvolvimento justo e sustentável". Tais agentes, sob a perspectiva do chefe de Estado, "foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema".

Lula se pronunciaria na AG/NU dois anos depois, em 19 de setembro de 2006, na LXI Sessão Ordinária, quando, novamente, preconizou o "combate à fome e à pobreza, estabelecendo vínculos precisos entre a segurança internacional e o direito ao desenvolvimento econômico e social", além de destacar os resultados do Estado brasileiro (CORRÊA, 2007, p. 759). Nesta direção, "a luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial, que coloca o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano" (SILVA, 2007c, p. 763-764). Contrastando com o discurso anterior, o presidente apenas mencionou a questão ambiental em meio às temáticas de ordem social, ao afirmar que o país defende as organizações multilaterais enquanto local de cooperação e diálogo. Segundo Lula, "não há modo mais efetivo de aproximar os estados, [sic] a manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns".

O pronunciamento do presidente do ano seguinte, na LXII Sessão Ordinária da AG/NU, em 25 de setembro de 2007, destacou o desenvolvimento sustentável, partindo-se da premissa de que o mundo "não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social" (DISCURSO, 2007, p. 1). Isto é, o equilíbrio ambiental seria fruto de um bem-sucedido desenvolvimento socioeconômico. Meses antes, em março, o senador Collor, ex-presidente do Brasil, sugeriu a Lula que pusesse o país à disposição para receber a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS

ou Rio+20), a quarta conferência da ONU para o meio ambiente. Argumentou-se que aquela "seria uma oportunidade única não apenas para se fazer um balanço dos 20 anos desde a Rio-92, mas também para que se buscasse um consenso internacional em torno de um novo protocolo ambiental, capaz de substituir o de Kyoto" (HORA, 2012, p. 43).

Diante da AG/NU, o presidente lembrou que o país foi palco da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e declarou: "Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio + 20" (DISCURSO, 2007, p. 2-3). Também foi pontuada a necessidade de ampliar "a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos", para, deste modo, conferir "sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas".

Iniciado no mercado de hipotecas *subprime* de alto risco nos Estados Unidos da América (EUA), o colapso do sistema financeiro internacional em 2008 (SOUZA, 2009) permeou o discurso de Lula na LXIII Sessão Ordinária da AG/NU, em 23 de setembro de 2008. Contudo, o presidente mencionou também "outras questões igualmente graves no mundo": crise alimentar, crise energética, ameaça ao comércio internacional e a "avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando sobretudo os mais pobres" (DISCURSO, 2008, p. 2).

Houve, ainda, denúncia de "um suposto "nacionalismo populista", que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, embora seja praticado sem constrangimento em países ricos. Crises de ordem alimentar, ambiental, energética, financeira e migratória, além de ameaças à paz, de acordo com o presidente, "demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais" (DISCURSO, 2008, p. 2-3).

Um ano depois, em 23 de setembro de 2009, o chefe de Estado, cujo segundo mandato terminou em 2010, discursou pela última vez na abertura da LXIV Sessão Ordinária da AG/NU, ocasião em que abordou três tópicos considerados decisivos sob seu ponto de vista: I. "A persistência da crise econômica"; II. "A ausência de uma governança mundial estável e democrática"; e III. "Os riscos que a mudança climática traz" (DISCURSO, 2009, p. 1; 5). Grande parte do discurso, portanto, foi dedicado à terceira questão, introduzida com a constatação de que "sem vontade política, por fim, crescerão as ameaças hoje representadas pela mudança climática no mundo. Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global".

Ademais, Lula externalizou a preocupação quanto à "resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima", levando em conta que, nas palavras do presidente, "eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas" (DISCURSO, 2009, p. 5-7). Era imprescindível "exigir dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as atuais, que representam mera fração do que é recomendado pelo Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima" [IPCC, do inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*].

Outra forte preocupação do Governo Federal do Brasil era a falta de recursos anunciados até aquele período para pôr em prática "as necessárias inovações tecnológicas que preservarão o ambiente nos países em desenvolvimento" (DISCURSO, 2009, p. 7). Estes e outros entraves ocorreriam, conforme Lula, "se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas". Mencionou-se também medidas adotadas pela gestão e alguns dos resultados obtidos, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) [BRASIL, 2008], que previu a diminuição de 80% do desmatamento na floresta amazônica até 2020 e a redução "em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO₂, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos" (DISCURSO, 2009, p. 5).

Houve, ainda, menção à matriz energética brasileira, descrita por Lula como uma das mais limpas do planeta: "Quarenta e cinco por cento da energia consumida no país é renovável. No resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] essa proporção não supera 5%" (DISCURSO, 2009, p. 6). Quanto à autossuficiência em petróleo e à então recente descoberta de reservas que colocariam o país "na vanguarda da produção de combustíveis fósseis", Lula afirmou que o seu governo não renunciaria a agenda ambiental internacional "para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde". Concluiu-se o discurso com a seguinte observação:

[...] Os temas que estão no centro de nossas preocupações – a crise financeira, a nova governança mundial e a mudança do clima – têm um forte denominador comum. Ele aponta para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral.

Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a

única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas (DISCURSO, 2009, p. 7). [...]

No contexto de pós-crise financeira de 2008, a partir do advento da COP15, realizado entre 7 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague (Dinamarca), o Brasil passou a apresentar "uma mudança da ação diplomática brasileira nas COPs devido à pressão de órgãos internos e externos", defendendo "a prioridade do combate à pobreza através do desenvolvimento sustentável" (FARIAS *et al.*, 2021, p. 80; 77). Deste momento em diante, a diplomacia brasileira passou a cobrar de forma mais enfática que os países desenvolvidos "se engajassem em metas ousadas e assumissem suas responsabilidades históricas na crise do clima". Já no plano interno, conforme Almeida (2020, p. 122), as pautas de combate à pobreza, econômicas, educacionais e trabalhistas, que outrora "tinham conhecido resultados irregulares, mas em grande medida auspiciosos" durante o início do governo de Lula, passaram a apresentar "altos níveis de deterioração a partir do terceiro governo petista – com origens já no segundo mandato do presidente Lula –, para depois mergulhar num precipício de fracassos e desesperanças".

4 DILMA ROUSSEFF E O MEIO AMBIENTE

Sucessora de Lula após duas gestões e pertencente ao mesmo partido político, Dilma Rousseff iniciou a gestão com duas vanguardas: foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República Federativa do Brasil e, por conseguinte, a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas. A estreia ocorreu na LXVI Sessão Ordinária do evento, em 21 de setembro de 2011. Frequentemente, conforme Mac e Alves (2020), utilizaram-se as palavras: I. Países e país, com 31 menções; II. Mundo, com 15; e III. Desenvolvimento, com 11. Na ocasião, dentre outros temas, a chefe de Estado apoiou a reforma do Conselho de Segurança da ONU, expôs que o Brasil está empenhado em ocupar a posição de membro permanente do órgão e defendeu uma das grandes pautas do encontro: o reconhecimento internacional da Palestina e a sua inclusão no rol de membros da organização intergovernamental. Para Rousseff, "o reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio" (DISCURSO, 2011).

Conforme análise de Boito Jr. e Berringer (2013), a ação externa do Estado brasileiro sob Lula e Rousseff "deve ser entendida como parte da mudança ocorrida no interior do bloco no poder no Brasil": a ascensão da grande burguesia interna, em decorrência da "constituição de uma frente política que reúne"

também "a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato". Denominada de frente neodesenvolvimentista, a aglutinação resultou em "uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições".

Referente à agenda ambiental, a presidente declarou na LXVI AG/NU que "o Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas", sendo necessário "que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem" (DISCURSO, 2011). Em seguida, a presidente resgatou que o país apresentou "uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009", com expectativa de seguir adiante na COP17, realizada entre 28 de novembro e 9 de dezembro do mesmo ano, em Durban, na África do Sul. O Governo Federal apoiaria as nações em desenvolvimento no que tange aos "esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012".

Na sequência, a presidente reiterou "o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo" comparecessem à Rio+20 — o que não aconteceu conforme o esperado, segundo Lago (2013, p. 158-159), em razão da crise econômica de 2008, a pior desde o colapso no capitalismo central de 1929. O evento sediado no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012, não contou com a participação da chanceler alemã Angela Dorothea Merkel, do presidente estadunidense Barack Hussein Obama II e do primeiro ministro do Reino Unido David William Donald Cameron.

Presentes na sétima reunião de cúpula dos países-membros do Grupo dos Vinte¹⁰ (G20), realizada de 18 a 19 de junho de 2012, em Los Cabos (México), essas autoridades fizeram questão de frisar "que o caos na economia os preocupa bem mais que o caos ambiental. Como se não houvesse uma correlação entre os dois e apenas um deles exigisse atenção máxima e decisões firmes e imediatas" (AUGUSTO, 2012, p. J3). A partir de telegramas secretos vazados pelo *website WikiLeaks*, a imprensa divulgou que os EUA e governos de países europeus consideraram a iniciativa precipitada, haja vista a possível inutilidade do encontro e os gastos desnecessários (CHADE, 2012b, p. H3; CHADE, 2012a, p. H3).

Na Rio+20, Rousseff expressou o entendimento de que o desenvolvimento sustentável exige crescimento econômico para se distribuir riqueza, fazendo com que a questão social predominasse nos diálogos do evento e se refletisse nos documentos elaborados na ocasião.

Reafirmando o Princípio 7 da "Declaração do Rio de Janeiro" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 155) de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" entre os Estados, a "Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): O Futuro que Queremos" — compartilha a visão daquele governo brasileiro, afirmando que "erradicar a pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 3; 5). Alvo de críticas negativas, o documento foi considerado pouco ambicioso, inclusive pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon (PASSARINHO, 2012; AUTORIDADES, 2012; FERREIRA, 2012; TEXTO, 2012, p. H1; DANTAS, 2012, p. H4).

Pouco tempo depois, em 25 de setembro, durante o pronunciamento na LXVII Sessão Ordinária da AG/NU, Rousseff tratou a Rio+20 sob uma ótica positiva, afirmando que representou um grande avanço para a agenda ambiental internacional. De acordo com a chefe do Estado brasileiro, o multilateralismo se fortaleceu ainda mais após o encontro, que foi "a maior e mais participativa conferência da história das Nações Unidas, no que se refere ao meio ambiente" (DISCURSO, 2012). Foi dito que, a partir do evento, pôde-se "dar passos firmes rumo à consolidação histórica de um novo paradigma: crescer, incluir, proteger e preservar, ou seja, a síntese do desenvolvimento sustentável".

No tocante ao documento final da Rio+20, a presidente insistiu que houve consenso para a aprovação e que o texto não apenas honra o legado da Rio-92, como também deu início a "uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, com foco na erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo" (DISCURSO, 2012). Dentre as várias tarefas definidas na Rio+20 para os países-membros da ONU, Rousseff enfatizou a substituição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): a "Resolução 70/1" da AG/ONU, denominada "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). Adotado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada de 25 a 27 de setembro de 2015, o documento contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, convergindo as dimensões econômica, social e ambiental (FORMENTI, 2014, p. A15; GIRARDI e CHADE, 2015, p. A16).

A chefe de Estado centrou sua fala nas mudanças climáticas, declarando que "a Rio+20 projetou um poderoso fecho de luz sobre o futuro que queremos.

¹⁰ O G20 é um fórum informal que congrega ministros de finanças e chefes dos bancos centrais da União Europeia e de 19 Estados: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália,

Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

Temos de levá-lo avante" (DISCURSO, 2012). Era imprescindível voltar a atenção aos constantes alertas da comunidade científica e da sociedade para esta problemática, além de encará-la "como um dos principais desafios às gerações presentes e futuras". Quanto ao Brasil, Rousseff afirmou o firme comprometimento do país "com as metas de controle das emissões de gás de efeito estufa e com o combate, sem tréguas, ao desmatamento da Floresta Amazônica".

Reforçou a presidente que o Brasil assumiu voluntariamente, em 2009, compromissos que foram transformados em legislação, cujas "metas são particularmente ambiciosas para um país em desenvolvimento, um país que lida com urgências de todos os tipos para oferecer bem-estar à sua população". Ainda em relação à pauta ambiental, a presidente Dilma Rousseff afirmou que a nação esperava "que os países historicamente mais responsáveis pela mudança do clima, e mais dotados de meios para enfrentá-la, cumpram também com suas obrigações perante a comunidade internacional" (DISCURSO, 2012).

O ano seguinte à Rio+20 foi o início de um período conturbado¹¹ da democracia no Brasil que, passando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff culminou com a ascensão de Bolsonaro em 2019. Quando discursou na LXVIII Sessão Ordinária da AG/NU, em 24 de setembro de 2013, Rousseff ressaltou a construção da paz, a assecuração da democracia, o desenvolvimento socioeconômico, o respeito aos direitos humanos e repudiou a espionagem cibernética dos EUA para supostamente combater o terrorismo (PASSARINHO, 2013). A Presidente definiu os protestos brasileiros enquanto "parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social", considerando que a gestão presidencial não reprimiu as ações, "pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas" (DISCURSO, 2013). Dilma Rousseff reforçou que seu governo se constituiu "no cotidiano das grandes lutas do Brasil" e afirmou: "A rua é o nosso chão, a nossa base". Observou, por fim, que "os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais".

Neste pronunciamento perante a AG/NU, a chefe de Estado mencionou a questão ambiental, expondo a

premissa de que a justiça social e econômica resulta em equilíbrio ecológico. Reiterou a Presidente que a Agenda 2030, ainda em construção, deveria "ter como eixo os resultados da Rio+20" e que o maior avanço dado na Conferência "foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável". Nesta concepção, segundo Dilma Rousseff, a pobreza "não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada". Consequentemente, a vindoura agenda teria o propósito de construir "um mundo no qual seja possível crescer, incluir, conservar e proteger", pois, promovendo-se a ascensão social e a superação da extrema pobreza, forma-se "um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos". Nas suas palavras: "um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas".

Já no discurso seguinte, em 24 de setembro de 2014, na LXIX Sessão Ordinária da AG/NU, a Presidente acusou "a comunidade internacional de ser incapaz de lidar com antigos conflitos e impedir o surgimento de novas crises" (AFP, 2014). Disse Rousseff: "A atual geração de líderes mundiais – a nossa geração – tem sido chamada a enfrentar também importantes desafios vinculados aos temas da paz, da segurança coletiva e do meio ambiente" (DISCURSO, 2014). Especialmente no tocante à pauta ambiental, a chefe do Estado brasileiro afirmou novamente que "a mudança do clima é um dos grandes desafios da atualidade" e que, para vencê-lo, era necessário intervir urgentemente, com "coragem política e o entendimento de que cada um deverá contribuir segundo os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

Referindo-se à Cúpula do Clima da CQNUMC, ocorrida no dia anterior, a presidente observou que o encontro fortalece as tratativas neste âmbito e que "o Governo brasileiro se empenhará para que o resultado das negociações leve a um novo acordo equilibrado, justo e eficaz", levando em consideração que o país "tem feito a sua parte para enfrentar a mudança do clima" (DISCURSO, 2014). Provou-se, conforme Rousseff, "que é possível crescer, incluir, conservar e proteger. Uma conquista como essa resulta do empenho - firme e contínuo - do governo, da sociedade e de agentes públicos e agentes privados". No que tange aos países desenvolvidos, "que têm a

¹¹ Como observado por Berg (2020; 2021a; 2020b), Berg e Brands (2021), Castells (2018), Levitsky e Ziblatt (2018) e Mounk (2019), o fenômeno se somou à onda mundial antidemocrática. Desde junho de 2013, conforme analisa Avritzer (2019, p. 21), o país vive "uma crise política de grandes proporções", a qual é caracterizada pela diminuição do apoio dos cidadãos à democracia e à confiança no sistema político (GALLEGO, 2018). Este foi o cenário propício para a ascensão de líderes populistas, a exemplo de Bolsonaro. Ainda no século XIX, o sociólogo Karl Emil Maximilian Weber

utilizou um termo cunhado por Gotthold Julius Rudolph Sohm para designar a subida de idolatrados líderes carismáticos ao poder, frente à desestruturação de instituições já enraizadas e a intensos conflitos instaurados em um determinado Estado (GERTH e MILLS, 1982, p. 68-73; p. 283-291; WEBER, 1999, p. 523-555). Destarte, críticos aos considerados redentores são tidos como inimigos do Estado, pois a legitimidade popular confere às lideranças carismáticas a particularidade divina.

obrigação não só legal, mas também política e moral de liderar pelo exemplo", a chefe de Estado disse que esperava a demonstração "de modo inequívoco e concreto" o compromisso de combate à mudança climática".

Relembrou que houve na Rio+20 o acordo para elaboração de "uma nova agenda, baseada em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aplicáveis tanto a países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento" e que seria crucial a definição de meios de implementação correspondentes "à magnitude das dificuldades que nós nos comprometemos a superar", afirmou Rousseff (DISCURSO, 2014). A Presidente exigiu ambição no tocante ao "financiamento, cooperação, construção de capacidades nacionais e transferência de tecnologias, sobretudo em favor dos países menos desenvolvidos", com ênfase na "necessidade de estabelecer um mecanismo para o desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias limpas, ambientalmente sustentáveis".

Em seu último pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de setembro de 2015, na LXX Sessão Ordinária, Rousseff reforçou a abertura do Governo Federal do Brasil para receber refugiados "em especial à população do Oriente Médio e do Norte da África, vítimas da guerra civil síria" (AQUINO, 2015). A presidente expôs também que o país atravessava "dificuldades conjunturais na economia, que estão sendo enfrentadas com ações de reequilíbrio fiscal e financeiro", destacando as propostas de "cortes drásticos de despesas" e redefinição de receitas, a fim de "reorganizar o quadro fiscal, reduzir a inflação, consolidar a estabilidade macroeconômica, aumentar a confiança na economia e garantir a retomada do crescimento com distribuição de renda" (PEDUZZI e AQUINO, 2015; DUARTE, 2015; DISCURSO, 2015).

Grande parte da fala de Dilma Rousseff tratou da luta pela erradicação da pobreza extrema e promoção da justiça social e econômica. Em alusão à declaração final da Rio+20, a presidente constatou que "a Agenda 2030 desenha o futuro que queremos" e "os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável reafirmam o preceito da Rio+20, que é afirmar que é possível crescer, incluir, conservar e proteger" (DISCURSO, 2015). O compromisso, conforme Rousseff, "exige solidariedade global, determinação de cada um de nós e compromisso com o enfrentamento da mudança do clima, com a superação da pobreza e da miséria e a construção de oportunidade para todos".

Sobre os preparativos para a COP21, que viria a acontecer de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2015, em Paris (França), a presidente caracterizou o

momento como oportuno para o fortalecimento da Convenção sobre mudanças climáticas, "com pleno cumprimento de seus preceitos e respeito a seus princípios". De acordo com Rousseff, o Brasil reconhecia "a importância da cooperação Sul-Sul no esforço global de combater a mudança do clima", incluindo "apoios financeiros e tecnológicos aos países em desenvolvimento e às pequenas ilhas". Recomendou-se que as obrigações a serem assumidas naquele foro fossem ambiciosas, "em sintonia com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas"¹² (DISCURSO, 2015). Ainda na LXX AG/NU, chefe de Estado declarou que "o Brasil está fazendo grande esforço para reduzir as emissões de gases de efeito estufa sem comprometer seu desenvolvimento, nosso desenvolvimento".

Concernente ao tema da energia, Dilma Rousseff afirmou que o Brasil estava diversificando as fontes renováveis da matriz energética nacional: "estamos investindo na agricultura de baixo carbono. Reduzimos em 82% o desmatamento na grande floresta amazônica" (DISCURSO, 2015). A presidente retomou o fato de ter anunciado, no dia anterior, a pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC, do inglês *intended Nationally Determined Contribution*). Enquanto "um dos poucos países em desenvolvimento a assumir meta absoluta de redução de emissões", a iNDC também abrangia ações para aumentar a resiliência do meio ambiente e reduzir riscos relacionados à mudança climática "sobre as populações mais pobres, mais vulneráveis, com atenção para as questões de gênero, do direito dos trabalhadores, das comunidades indígenas, ou quilombolas/negras e tradicionais".

Voltando-se ainda mais para a questão social e econômica, a chefe do Estado brasileiro enfatizou que as políticas sociais e de transferência de renda, iniciadas por Lula em 2003, "contribuíram para que mais de 36 milhões de brasileiros superassem a pobreza extrema" e que, em 2014, o país deixou de constar no Mapa Mundial da Fome (DISCURSO, 2015). Estes pontos evidenciaram a eficácia da política "Fome Zero", que acabava de ser transformada "no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS] número 2". Naquela "transição para uma economia de baixo carbono", definida por Rousseff, era basilar "assegurar condições dignas e justas para o mundo do trabalho", pois "o desenvolvimento sustentável exige a promoção do trabalho decente, a geração de empregos de qualidade e a garantia de oportunidades". O tópico do discurso referente ao meio ambiente foi finalizado com a declaração de que "o esforço para superar a pobreza e promover o desenvolvimento tem de ser coletivo e global" e que, entretanto, o fim da pobreza

¹² Ressalte-se que esta Conferência resultou no Acordo de Paris, substituto do Protocolo de Kyoto, que tem como objetivo promover a redução da emissão de gases de efeito estufa, a partir

de 2020, para conter o aquecimento do planeta abaixo de 2º C, desejavelmente em 1,5º C.

extrema no Brasil seria "só um começo de uma longa trajetória de novas conquistas".

5 A AGENDA ANTIAMBIENTAL DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

Em 31 de agosto de 2016, houve o impeachment da presidente Rousseff, com a cassação de seu mandato e o empossamento do vice-presidente Michel Temer no cargo de presidente interino da República Federativa do Brasil. Tal governo se caracterizou pela orientação política de direita e economicamente neoliberal. Em seu primeiro discurso, proferido na LXXI Sessão Ordinária da AG/NU, em 20 de setembro de 2016, Temer declarou que a recente destituição havia transcorrido "dentro do mais absoluto respeito constitucional" (PRONUNCIAMENTO, 2016). Dentre os demais temas, o chefe de Estado abordou a "crise de refugiados, guerra na Síria e protecionismo" (NA ONU, 2016). Mac e Alves (2020) complementam o pronunciamento destacou as palavras: I. Brasil, com 19 menções; II. Mundo, com 15; e III. Desenvolvimento, com 12.

Similar aos discursos de Lula e Rousseff, quanto à questão ambiental, Temer afirmou que a Agenda 2030 "é a maior empreitada das Nações Unidas em prol do desenvolvimento", o qual é "mais do que um objetivo, é um imperativo. Uma sociedade desenvolvida é aquela em que todos têm direito a serviços públicos de qualidade – educação, saúde, transportes, segurança" (PRONUNCIAMENTO, 2016). Portanto, deve haver garantia à "igualdade de oportunidades" e o acesso ao trabalho decente não pode ser privilégio de poucos, segundo Temer. O desenvolvimento se traduz em dignidade, "e a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme previsto no artigo primeiro da nossa Constituição Federal". Materializar os 17 ODS e as 169 metas estabelecidas demandaria esforços nacionais conjuntos e o apoio dos países do eixo Norte aos do Sul, tendo em vista que "a prosperidade e o bem-estar no presente não podem penhorar o futuro da humanidade. Mais do que possível, é necessário crescer de forma socialmente equilibrada com respeito ao meio ambiente".

Tal qual o último pronunciamento de Rousseff na AG/NU, o presidente interino exclamou: "O planeta é um só. Não há plano B" — sendo, portanto, fundamental "tomar medidas ambiciosas, sob o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas" (PRONUNCIAMENTO, 2016). Foi anunciado também o depósito do instrumento de ratificação do "Acordo de Paris" no dia seguinte. Ressaltando que o Brasil é o país mais rico em biodiversidade, que a matriz energética está entre as mais limpas do mundo e que se configura enquanto potência ambiental de "compromisso inequívoco com o meio ambiente", Temer defendeu o comércio como

parte constitutiva do desenvolvimento e repudiou o protecionismo. Por ser "uma perversa barreira ao desenvolvimento", esta política econômica "subtrai postos de trabalho e faz de homens, mulheres e famílias de todo Brasil, vítimas do emprego e da desesperança igualmente no mundo".

Na LXXII sessão da AG/NU, em 19 de setembro de 2017, o presidente se debruçou nos temas de comércio, imigração e terrorismo. A respeito do meio ambiente, Temer retomou o viés de desenvolvimento econômico do discurso do ano anterior e reafirmou que não acredita "no protecionismo como saída para as dificuldades econômicas – dificuldades que demandam respostas efetivas para as causas profundas da exclusão social" (DISCURSO, 2017). Seu governo recusava, destarte, "os nacionalismos exacerbados" e que "a busca do desenvolvimento, em todas as suas dimensões" deveria nortear a ação coletiva. Visando "assegurar oportunidades para todos, em todas as partes", e considerando o comércio um "importante vetor do desenvolvimento", Temer pediu "por um sistema de comércio internacional aberto e baseado em regras. Um sistema que tem por centro a Organização Mundial do Comércio e seu mecanismo de solução de controvérsias" (DISCURSO, 2017).

Também foi dito que o desenvolvimento sustentável era substancial àquela gestão, permeando políticas públicas internas e externas, a exemplo da eleição da Agenda 2030 enquanto eixo das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) — organização presidida pelo chefe de Estado durante todo seu mandato. Buscando contribuir com os ODS em todas as frentes de atuação, incluindo as mudanças climáticas, de acordo com Michel Temer, o Governo Federal permaneceria empenhado em defender o "Acordo de Paris" e, sendo esta uma "matéria que não comporta adiamentos", confirmou o depósito do instrumento de ratificação do texto no ano anterior (DISCURSO, 2017).

Sobre a questão energética, Temer repetiu que as energias renováveis representam 40% da matriz energética brasileira, ressaltando a "liderança" do país em hidroeletricidade e bioenergia. O presidente externou a preocupação do país com o desflorestamento, principalmente na Amazônia, mas anunciou que providências já estavam sendo tomadas. Não obstante, o chefe de Estado divulgou que dados preliminares do último ano indicavam "a diminuição de mais de 20% do desmatamento naquela região", retomando, portanto, o caminho correto por onde a nação persistiria (DISCURSO, 2017).

Em seu último discurso na AG/NU, na LXXIII Sessão Ordinária, em 25 setembro de 2018, Temer frisou o combate ao desarmamento e a não proliferação de armas nucleares e defendeu a diplomacia e o multilateralismo no comércio internacional e "em tantas outras áreas, como a do desenvolvimento

sustentável, crucial para o futuro da humanidade" (DISCURSO, 2018). Nesta questão, o presidente mencionou alguns exemplos capazes de ilustrar que "o compromisso de primeira hora do Brasil com o desenvolvimento sustentável permanece inequívoco".

Foram ressaltados os temas já presentes em discursos anteriores: I. A negociação da Agenda 2030 e o Acordo de Paris; II. O engajamento do país na construção de uma economia internacional de baixo carbono; III. Os esforços do Governo Federal para redução do desmatamento. As novidades do discurso de 2018 foram: I. Criação e ampliação de Unidades de Conservação (UCs) correspondentes "a mais de quatro vezes o território da Noruega"; II. A instituição de costeiras "áreas de preservação da dimensão dos territórios da Alemanha e da França somados", impulsionadas pelo 8º Fórum Mundial da Água¹³; e III. Duplicação do "total das áreas de preservação no Brasil" (DISCURSO, 2018).

Empossado como presidente em 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro deu impulso a retrocessos e desmontes de políticas públicas ambientais, educacionais, sanitárias e sociais (BAUER *et al.*, 2014). Tal governo se pautou por uma política neoliberal totalitária, com certos traços protecionistas (CAGLIARI, 2019), apesar de, paradoxalmente, criticar este *modus operandi* econômico em outros países, igual ao seu antecessor. Segundo observa Almeida (2020, p. 122), "tendo abandonado um populismo de esquerda, aparentemente bem acolhido até 2013 ou 2015, a sociedade [brasileira] deixou-se seduzir por um populismo de direita, que se revela tão destruidor das instituições quanto foi o primeiro". Iniciativas sem precedentes na diplomacia e na política externa, segundo Almeida (2019, p. 131-132), coexistiram, "de forma geral, nos primeiros meses da administração Bolsonaro", desconsiderando "preocupações cruciais com respeito ao papel do Brasil no tocante à agenda externa" no que tange o planejamento e as ações de diplomacia para inserir o país na economia global¹⁴.

Rompendo com tradições da diplomacia brasileira, que estrategicamente compactuava com o multilateralismo, segundo Farias *et al.* (2021, p. 80), esta gestão passou a considerar "as instituições e acordos internacionais fundamentalmente como uma ameaça à soberania e ao nacionalismo". Em similar visão patriótica e nacional-desenvolvimentista do Governo Federal do Brasil sob regime civil-militar,

Bolsonaro também combateu veementemente o chamado "projeto de governança internacional através de instituições, regimes e dos interesses de atores considerados não legítimos, capitaneado por ONGs e fundações internacionais".

Os retrocessos na seara ambiental foram pré-anunciados durante a campanha eleitoral, no ano de 2018 (ALMEIDA, 2020, p. 149; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE, 2021, p. 5-6; MENEZES e BARBOSA JR., 2021). Remetendo à posição do Governo Federal na década de 1970, na época da Conferência de Estocolmo, a agenda ambiental desta gestão compreende, conforme enumeram Farias *et al.* (2021, p. 75), autoritarismo, negacionismo científico e favorecimento ao extrativismo. Foram adotadas medidas de expansão do agronegócio na floresta amazônica, de extrativismo em terras indígenas e unidades de conservação, de desmantelamento de instituições e de boicote do sistema de fiscalização (BRZEZINSKI, 2021). Consequentemente, marcas internacionais boicotaram a compra de matérias-primas dos setores produtivos do Brasil (PASSARINHO, 2020).

Almeida (2020, p. 12) e Pires (2021, p. 30-31) reforçam que a política de Bolsonaro, protagonizada pelos então ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, e pelo chanceler Ernesto Henrique Fraga Araújo, estava, possivelmente, "criando as condições para um imenso boicote a produtos brasileiros no exterior¹⁵, o que trará enormes prejuízos materiais a diversos setores da economia brasileira". Sendo "patente na opinião pública internacional", a atuação retrógrada do Estado brasileiro provavelmente resultaria em "consequências de longo prazo para a inserção internacional do Brasil e para a sua credibilidade diplomática perante as demais nações" (FARIAS *et al.*, 2021, p. 85). Conforme especifica Almeida (2020, p. 149), "além de transgredir a Constituição Federal, a atual orientação impõe ao País custos de difícil reparação como desmoração da credibilidade externa, perdas de mercados e fuga de investimentos".

Referindo-se à combinação dos nomes do presidente e do autoproclamado filósofo Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, entusiasta da extrema-direita e considerado um "guru" para o governo em questão, o "bolsovismo diplomático", conforme denomina Almeida (2020), estabeleceu uma estreita relação com

produtos de países que apresentam altos índices de desmatamento florestal, salvo em caso de o importador e o produtor rural comprovarem que a origem e toda a cadeia produtiva "passaram ao largo de áreas ilegalmente desmatadas" (SANCHES, 2021). Dentre os itens apontados estão borracha, cacau, gado, madeira e derivados, óleo de palma e soja. Justificando a proposição, os autores, o senador democrata Brian Emanuel Schatz e o congressista democrata Earl Francis Blumenauer, mencionaram, como exemplo do problema, o Brasil e seus produtos de origem bovina.

¹³ Evento sediado em Brasília, de 18 a 23 de março de 2018.

¹⁴ São exemplos a integração comercial, a reforma do bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul), a questão ambiental e os direitos humanos. Dentre outras prioridades, foram minimizados ou revertidos os interesses do Estado brasileiro no exterior, como no tocante à China ou à Israel, e combateu 'insanamente' o "globalismo", o qual chegou a ser tema de seminário organizado pelo Itamaraty.

¹⁵ Um projeto legislativo nos EUA, por exemplo, denominado de "FOREST Act of 2021" (Lei Florestal de 2021), foi apresentado em 6 de outubro de 2021, propondo impedir a importação de

Trump, a partir das similares perspectivas (MAITINO, 2020), abrangendo o comportamento autoritário, marcado, conforme elencam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 70-71): I. "Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)"; II. "Negação da legitimidade dos oponentes políticos"; III. "Tolerância ou encorajamento à violência"; e IV. "Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia"¹⁶.

Casarões e Flemes (2019) explicam que a política externa de Bolsonaro se fundamentou em: I. Aderência ao sentimento popular de antipetismo na crise democrática; II. Aderência às crenças teológicas dos protestantes pentecostais e neopentecostais; e III. Orientação política antiglobalismo. A projeção do Brasil no sistema internacional na conjuntura de gestão populista e religiosa de extrema direita rejeitou quase todos os elementos centrais da Ordem Internacional Liberal e da clássica diplomacia brasileira, incluindo o multilateralismo, multiculturalismo e regionalismo (CASARÕES e FARIAS, 2021). Há, neste tipo de governo, tendência de atribuir ênfase a um conjunto de identidade conservador abrangente, embasado nas seguintes inter-relacionadas concepções de papel nacional: I. "Papel antiglobalista, composto por narrativas em oposição às instituições internacionais"; II. "Papel nacionalista, composto por narrativas pró-soberania"; e III. "Papel anti-inimigo, composto de narrativas de amigo/inimigo"¹⁷ (GUIMARÃES e SILVA, 2021, p. 345-346).

O primeiro pronunciamento de Bolsonaro na AG/NU, ocorrido na LXXIV Sessão Ordinária, em 24 de setembro de 2019, foi classificado pela imprensa como "belicoso" (BETIM e MARREIRO, 2019; PASSARINHO e IDOETA, 2019; SHINOHARA e SOARES, 2019). Entre os termos mais utilizados na fala, conforme Barrucho (2019), estavam "Amazônia, ideologia, liberdade e socialismo". Mac e Alves (2020) especificam que foi citada a palavra "Amazônia" seis vezes e "Venezuela" cinco vezes, de modo a atacar a gestão presidencial de Nicolás Maduro Moros e frisar a "crise humanitária enfrentada pelo país" vizinho. Já as palavras

preponderantes na análise da fala enunciada foram: I. Brasil, com 39 menções; II. Países e país, com 24; III. Indígenas e indígena, com 23; IV. Mundo, com 12; V. Liberdade, com dez; e VI. Direitos, com 9.

Além de disseminar e exaltar a política econômica neoliberal de "livre mercado, as concessões e as privatizações", o chefe do Estado brasileiro negou a ocorrência de queimadas e desmatamento que atingem o bioma amazônico, afirmando que a "Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente" (DISCURSO, 2019). Também foi alegado que "o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas" e ressaltou-se "que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência". Referente à imprensa internacional, esta foi acusada de ter feito "ataques sensacionalistas", os quais despertaram o "sentimento patriótico".

Segundo Bolsonaro, também "é uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo" (DISCURSO, 2019). Fundamentado nestas "falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista," contestou o presidente, referindo-se indiretamente à França. Afirmando que a soberania nacional é indiscutível, o chefe de Estado rebateu a sugestão de Macron no encontro do Grupo dos Sete¹⁸ (G7), de "aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir". O presidente agradeceu "àqueles [países] que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta", sobretudo, a Trump, que, segundo o orador, "bem sintetizou o espírito [sic] que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós". Bolsonaro ainda reafirmou "que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira"¹⁹.

¹⁶ Menciona-se como exemplo, o fato de que a degradação da Amazônia, ano a ano, vem gerando enorme repercussão na imprensa nacional e internacional, críticas negativas de diversos países, como Alemanha e França, e protestos em diversas cidades brasileiras. As queimadas na Amazônia — intensificadas a partir de agosto de 2019 — foram atribuídas, em princípio, à ação de ONGs, aos próprios indígenas e menosprezadas por Bolsonaro (MAZUI, 2019; LINDNER e GIRARDI, 2019, p. A16). Da mesma forma, os índices alarmantes de desmatamento atestados pelo INPE e por cientistas foram contestados pelo Presidente.

¹⁷ Por exemplo, em agosto de 2019, a 45ª reunião de cúpula do Grupo dos Sete (G7), sediada em Biarritz (França), tratou as queimadas nas florestas brasileiras e os países-membros acordaram "em liberar 20 milhões de euros (cerca de R\$ 91 milhões) para ajudar a conter as chamas" (O QUE, 2019). Destarte, "após o anúncio, Bolsonaro deu a entender que o G7 queria algo em troca por ajudar a Amazônia". O anfitrião do evento, o

presidente francês Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron, classificou os incêndios como uma crise que compromete o mundo todo, enquanto o presidente dos EUA, Trump, defendeu o Governo Federal do Brasil, afirmando que a França estaria atacando a "soberania brasileira sobre a floresta. E a situação escalonou depois que o presidente brasileiro reforçou uma piada machista sobre a primeira-dama francesa" (PASSARINHO, 2020).

¹⁸ Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

¹⁹ Conduta negacionista similar o presidente assumiu no trato da saúde pública com o surgimento da epidemia de Covid-19. Considerada como o maior desafio do século XXI, a pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na data de 11 de março de 2020, prejudicou populações, países e o sistema internacional (GIRARDI, 2020b, p. A18; PIRES BRITO *et al.*, 2020). A agenda política de Bolsonaro transformou o Brasil em um epicentro global do SARS-CoV-2 e suas variantes e a fragilidade das

O chefe do Estado brasileiro manifestou rechaço às "tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções" (DISCURSO, 2019). Destarte, o país se colocava à disposição para parcerias que "agreguem valor", a fim de "aproveitar de forma sustentável todo nosso potencial". Contrário às atitudes tomadas desde antes de tomar posse da presidência da República, Bolsonaro declarou que o Brasil frisa o "compromisso intransigente com os mais altos padrões de direitos humanos, com a defesa da democracia e da liberdade, de expressão, religiosa e de imprensa". Nesta direção, tal comprometimento estaria diretamente relacionado ao "combate à corrupção e à criminalidade, demandas urgentes da sociedade brasileira".

Pela primeira vez na história, a AG/NU de 2020, em sua LXXV sessão, foi realizada virtualmente em 22 de setembro, com vídeos previamente gravados. Mac e Alves (2020) observam que, apesar de o Brasil ter sido "o segundo maior país em mortes por COVID-19²⁰, Bolsonaro citou as palavras COVID, pandemia e vírus apenas oito vezes" e defendeu o uso da substância hidroxiquina em tratamento "precoce" de pacientes infectados, sendo que o medicamento que não tem eficácia comprovada contra a doença. Na ocasião, como sintetizam Jesus e Barros (2021, p. 276), o discurso se voltou ao gerenciamento da crise sanitária, aos investimentos externos, ao agronegócio e às políticas ambientais. Igual à edição anterior, o

instituições democráticas, as quais contrariavam o governo, favoreceu a disseminação do vírus e, conseqüentemente, sua contenção (FERRANTE *et al.*, 2021). Sem a intenção de combater a pandemia, o presidente conduziu sua atuação a partir de um "assessoramento paralelo", também denominado "gabinete paralelo", que, por sua vez, contrariavam evidências científicas e consensos da comunidade internacional. A fim de impedir as necessárias medidas de isolamento social para contenção da disseminação do vírus e visando-se a livre circulação deste para que houvesse a imunidade coletiva ou imunidade de rebanho sem vacinação, entre outros atos, defenderam-se os cientificamente comprovados ineficazes tratamentos profilático (precoce) e terapêutico, por meio do uso de cloroquina e da derivada hidroxiquina (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021; VENTURA e REIS, 2021). Estas e outras constatações foram publicadas no estudo "A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19", parte do projeto de pesquisa "Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil". Desenvolvida pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), a investigação emitiu parecer técnico destinado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelos requerimentos nº 1371, de 2021 e nº 1372, de 2021, do Senado Federal. Batizada de CPI da Pandemia, a iniciativa se propõe a averiguar ações e omissões do Estado brasileiro no gerenciamento da pandemia (JORNAL DA USP NO AR, 2021; MORAES, POMPEU e WETERMAN, 2021, p. A4). A pesquisa documental teve coleta de dados resultante da identificação de três tipos de evidências: I. Atos normativos; II. Atos de governo; e III. Propaganda contra a saúde pública. Em cada dimensão e no conjunto, verificou-se "a procedência da hipótese da existência de

presidente acusou novamente o país vizinho e a palavra "venezuelano" apareceu três vezes quando tratou o tema dos refugiados (MAC e ALVES, 2020).

Com base em Charaudeau (2017), Jesus e Barros (2021, p. 277, grifo destes) constataram que as palavras enunciadas por Bolsonaro tiveram predominância do "mentir verdadeiro", que consiste em "uma fala em que o próprio enunciador sabe que diz o contrário do pensa ou conhece, pela conveniência da situação ou para assegurar seu status". Segundo corrobora uma análise feita por Macário *et al.* (2020), o presidente mencionou "dados falsos sobre pandemia e meio ambiente". De acordo com Mac e Alves (2020), "as palavras que ganharam mais peso na análise do discurso" deste encontro foram: I. Brasil, com 27 menções; II. Mundo, com 12; III. Não, com nove; IV. Governo e Paz, com sete; e V. Liberdade, com seis.

Quanto ao meio ambiente, no ano em que o aumento de queimadas na floresta amazônica brasileira e no Pantanal prosseguiu, o chefe de Estado utilizou a palavra "Amazônia" somente duas vezes. Em contrapartida, "ambiental" e "ambiente" apareceram nove vezes, mais do que no ano anterior. Mesmo em cenário de crise mundial, conforme Bolsonaro, o agronegócio brasileiro seguiu "pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta" (DISCURSO, 2020). O presidente insistiu na narrativa de que a pauta ambiental é utilizada por outros Estados como meio de questionar a indústria agropecuária brasileira²¹, resalte-se o seguinte trecho:

uma estratégia federal de disseminação da Covid-19, em particular por meio dos seguintes conjuntos de atos e omissões:" I. "Defesa da tese da imunidade de rebanho (ou coletiva) por contágio (ou transmissão) como forma de resposta à Covid-19"; II. "Incitação constante à exposição da população ao vírus e ao descumprimento de medidas sanitárias preventivas"; III. "Banalização das mortes e das sequelas causadas pela doença"; IV. "Obstrução sistemática às medidas de contenção promovidas por governadores e prefeitos"; V. "Foco em medidas de assistência e abstenção de medidas de prevenção da doença"; VI. "Ataques a críticos da resposta federal à pandemia"; VII. "Ataques à imprensa e ao jornalismo profissional"; e VIII. "Consciência da ilicitude de determinadas condutas, mormente por parte do Presidente da República" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021).

²⁰ Sigla em inglês para *coronavirus disease 2019* (doença por coronavírus 2019), ocasionada pelo *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2)*: coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2.

²¹ Cabe mencionar que, em 12 de julho de 2021, em reunião no Ministério da Agricultura, o diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Miguel Ivan Lacerda de Oliveira, informou que o Governo excluiu o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), da função de difundir alertas de incêndios no país. Há décadas, o órgão federal divulgava "diariamente dados técnicos sobre o avanço do fogo, ferramenta crucial para orientar o combate às chamas e estimar o volume queimado em cada região" (BORGES, 2021, p. A16). Desde então, o INMET, pertencente ao MAPA, estaria encarregado de divulgar informações sobre as queimadas.

[...] Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.

Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.

O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos.

E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

Estamos abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo. Nunca exportamos tanto. O mundo cada vez mais depende do Brasil para se alimentar.

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas. Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Lembro que a região amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas.

O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências

inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição (DISCURSO, 2020). [...]

Observa-se que o presidente negou a degradação de todos os biomas brasileiros ocorridos em seu governo e insinuou que qualquer crítica às suas políticas²² são campanhas difamatórias, motivadas por interesses comerciais de outros países, invejosos do "pujante" agronegócio brasileiro. Valendo-se da extensão territorial da Amazônia e do Pantanal, o chefe de Estado tentou justificar a impunidade dos crimes ambientais, escondendo o fato de que atuou comissivamente para desmontar os órgãos de fiscalização e as regulamentações.

A questão ambiental em zonas costeiras também foi mencionada pela primeira vez por Bolsonaro na AG/NU, começando pelo Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar²³ (PNCLM) [erroneamente denominado de "Programa" no discurso] — o qual foi "um dos primeiros a serem lançados no mundo" e que criou "uma estratégia para os nossos 8.500 quilômetros de costa" (DISCURSO, 2019). Na mesma perspectiva do antecessor (Temer), criticou-se o protecionismo, que, na COP25²⁴, teria impedido a proposta brasileira de regulamentação dos "artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo do mercado de carbono internacional". Frisou-se, ainda, que, "em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo". Vale pontuar que, até hoje, não há conclusão a respeito da origem do óleo derramado na costa brasileira.

No que concerne à LXXVI AG/NU, a chegada de Bolsonaro na sede da ONU ocorreu em um contexto de "uma reputação destruída" em um "clima de completa desconfiança e irritação diante de suas políticas" (CHADE, 2021b). Tanto nos corredores das Nações Unidas quanto em "reuniões informais ou conversas sigilosas entre atores da cena internacional", mencionar Bolsonaro era "a garantia de ouvir dos interlocutores estrangeiros reclamações, denúncias e ironias, nem todas elas finas". O discurso do presidente brasileiro na tribuna, conforme a mídia, construiu narrativa de um "mundo paralelo" (CHIARETTI, 2021; VECCHIO, 2021), devido ao teor

²² Na XLVIII sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra (Suíça), a ONU incluiu o Brasil e outros 39 países em uma lista de "locais que despertam o alerta internacional" devido à crítica situação dos direitos humanos (CHADE, 2021a). No discurso proferido por Verónica Michelle Bachelet Jeri, alta comissária da ONU para esta questão e ex-presidente do Chile, "alertou sobre a lei antiterrorismo que está sendo avaliada no Brasil e aponta que, da forma que foi proposta, o texto ameaça ativistas de direitos humanos e entidades da sociedade civil". Igualmente, os povos indígenas, especialmente os Yanomami, estavam sofrendo abusos por parte do próprio Estado brasileiro.

²³ Lançado no Dia Mundial da Água, em 22 de março de 2019, simultaneamente em Santos e Ilhabela (São Paulo), o PNCLM integrou "uma das metas nacionais prioritárias da Agenda de 100 dias do Governo Federal e representa a primeira fase de uma Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana" (BRASIL, 2019, p. 6).

²⁴ Realizada em Madri (Espanha), de 2 a 13 de dezembro de 2019, esta conferência estava programada para ser realizada no Brasil, contudo, Bolsonaro rejeitou sediá-la antes mesmo de sua posse como presidente.

falacioso das afirmações (DIAZ, 2021; LONDOÑO, 2021; PHILLIPS, 2021a; REALITY CHECK TEAM, 2021; TOUEG, 2021). Bucci (2021, p. A2) analisa que, "em meio a mentiras ofensivas, distorções estúpidas e apologia de fármacos abstrusos, a saraivada de despautérios não convenceu ninguém e constrangeu o mundo inteiro". Consequentemente, "aos contrariedades do orador – dito mito, mas, de fato, mitômano – só restou engolir a humilhação"²⁵.

Dentre as palavras enfatizadas neste pronunciamento estiveram: I. Brasil, com 16 menções; II. Governo, com dez; III. Bilhões, milhões, mundo e Estados Unidos, com seis; IV. Países, com cinco; e V. História, investimentos, liberdade, país e tratamento, com quatro menções (WERNECK, ALVES e DIAS, 2021). Menos direto ao atacar a mídia, em comparação ao discurso de 2019, o presidente exclamou no início: "Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões" (PALAVRAS, 2021). Dentre outros temas, Bolsonaro defendeu o cientificamente comprovado ineficaz tratamento "precoce" para a COVID-19 (STRUCK, 2021); apoiou a vacinação e opôs-se à obrigação do "passaporte sanitário ou a qualquer obrigação relacionada a [sic] vacina"; mostrou-se apoiador da reforma do Conselho de Segurança da ONU, onde afirmou buscar um assento permanente; exaltou sua "eficaz" gestão no controle da pandemia e os efeitos negativos na economia; e enfatizou o alto número de empregos formais mantidos em 2020 na comparação com dezembro de 2019, devido "programas de manutenção de emprego e renda que nos custaram cerca de US\$ 40 bilhões" (PALAVRAS, 2021).

Frente às duas décadas do ataque terrorista ao *World Trade Center*, o presidente reiterou o "repúdio

ao terrorismo em todas suas formas". Versando sobre os atos de apoio popular à sua gestão em 7 de setembro de 2021²⁶, Bolsonaro relatou que "milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história, mostrar que não abrem mão da democracia, das liberdades individuais e de apoio ao nosso governo" (PALAVRAS, 2021). Também foi dito que o país estava vivendo "novos tempos", obtendo "um dos melhores desempenhos entre os emergentes" no plano econômico, além de o governo ter recuperado a credibilidade externa, apresentando-se "como um dos melhores destinos para investimentos". Novamente, ao contrário dos discursos de 7 de setembro de 2021, Bolsonaro finalizou dizendo: "É aqui, nesta Assembleia Geral, que, vislumbramos um mundo de mais liberdade, democracia, prosperidade e paz. Deus abençoe a todos".

Quanto à pauta ambiental, Bolsonaro retratou o Brasil como referência internacional em políticas públicas para o meio ambiente: "Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa. Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países" (PALAVRAS, 2021). Portanto, de acordo com este discurso, "o futuro do emprego verde está no Brasil: energia renovável, agricultura sustentável, indústria de baixa emissão, saneamento básico, tratamento de resíduos e turismo" (PALAVRAS, 2021).

Referente à proteção das florestas, o chefe de Estado declarou que o país possui "dimensões continentais, com grandes desafios ambientais", e que a "moderna e sustentável agricultura de baixo carbono alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e utiliza apenas 8% do território nacional". O presidente enfatizou que de 8,5 milhões de quilômetros

²⁵ Além do pronunciamento na LXXVI AG/NU, a viagem de Bolsonaro e sua comitiva para participação também gerou pautas para a imprensa (MISHRA, 2021; TIMSIT, 2021; PHILLIPS, 2021b). O presidente foi o único líder do G20 a declarar que optou pela não imunização contra o SARS-CoV-2 e, portanto, em razão das restrições implementadas pelo governo da cidade de Nova Iorque, teve que fazer as refeições na rua, como ilustrado por meio de uma fotografia publicada pelo ministro do Turismo, Gilson Machado Guimarães Neto. Na imagem que circulou pelo mundo, o chefe de Estado brasileiro aparece junto a outros ministros comendo pizza em pé, em um estabelecimento ao ar livre e sem mesas, localizado a poucas quadras do hotel onde esteve hospedado (BALAGO, 2021; BOLSONARO, 2021b).

²⁶ Manifestações contrárias e favoráveis ao governo de Bolsonaro ocorreram em várias cidades do país no Dia da Independência (7 de setembro), tendo em vista que o "presidente acirrou as tensões ao convocar os atos pró-governo, com pauta antidemocrática, com ameaças aos ministros do Supremo e ao Congresso" (7 DE SETEMBRO, 2021). Estes atos ocorreram em contexto de embates entre o presidente e o STF e "de queda na popularidade e nas avaliações sobre a administração Bolsonaro – e de uma acentuada crise econômica". De um lado, apoiadores da gestão "intensificaram os chamados para os atos após a rejeição da PEC [Proposta de Emenda Constitucional] do voto impresso – uma demanda dos bolsonaristas diante de supostas fraudes nas eleições, sobre as quais não há indícios e cujas provas o próprio

presidente admitiu não existirem". Em direção oposta, "diante de quase 600 mil mortos na pandemia de Covid-19, aumento de preços, do desemprego e da fome", houve protestos de repúdio do governo – pedindo-se a saída de Bolsonaro da presidência – e à "escalada da crise institucional e econômica". No discurso proferido na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e na Avenida Paulista, em São Paulo, o chefe do Estado brasileiro disparou uma série de ameaças ao Supremo Tribunal Federal e à democracia, classificando "as eleições de "farsa", disse que só sai da presidência "preso ou morto" e exaltou a desobediência à Justiça" (AS AMEAÇAS, 2021). Posteriormente, o presidente delegou as colocações golpistas ao "calor do momento", o qual, conforme Hatoum (2021), causou "calafrios" e não foi "nada momentâneo, pois os discursos autoritários de Jair datam de seus verdes anos". Sucumbindo à repercussão negativa dos pronunciamentos, dois dias depois, em 9 de setembro, Bolsonaro divulgou o 'manifesto de pacificação' intitulado "Declaração à Nação", o qual foi escrito pelo ex-presidente Temer (BOLSONARO, 2012a). Afirmou-se no texto: "Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar" (NOTA OFICIAL, 2021). Segundo Soares e Trindade (2021), as palavras baixaram, por um momento, "a temperatura da crise institucional, estimulada por Bolsonaro, e também capitalizou o papel de apaziguador para reposicionar a própria imagem".

quadrados, "66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500", e que 84% da floresta amazônica "está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental"²⁷.

Após utilizar a viagem de Estado em sinal de condolências à família real britânica pelo falecimento da rainha Elizabeth II²⁸ como comício eleitoral (ALEGRETTE e BELLO, 2022), Bolsonaro discursou na LXXVI AG/NU, em 20 de setembro de 2022. Em sua chegada à sede da ONU, houve protestos e, à noite, a *US Network for Democracy in Brazil* realizou uma megaprojeção contendo a imagem do presidente, acompanhado de palavras em português e inglês, tais como "desgraça", "mentiroso" e "vergonha brasileira" (CHADE, 2022). Uma vez mais, a fala foi vista com finalidade eleitoreira, conteve críticas indiretas ao adversário Lula e ignorou o aumento da pobreza extrema (EFRAIM, 2022).

Uma vez mais, o presidente enalteceu o potencial do agronegócio nacional antes de mencionar temas ambientais. No tocante ao desenvolvimento sustentável, "o patrimônio de realizações do Brasil é fonte de credibilidade para a ação internacional do nosso país. Em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo" (DISCURSO, 2022). Reforçando a afirmação, o chefe do Estado brasileiro mencionou que dois terços do território nacional permaneciam com vegetação nativa, tal qual estava quando os europeus vieram ao continente em 1500. Também foi dito que na floresta amazônica brasileira, área que equivaleria à Europa Ocidental, uma área de "mais de 80% da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional".

Novamente, o presidente defendeu a exploração da Amazônia:

[...] É fundamental que, ao cuidarmos do meio ambiente, não esqueçamos das pessoas: a região amazônica abriga mais de 20 milhões de habitantes, entre eles indígenas e ribeirinhos, cuja subsistência depende de algum aproveitamento econômico da floresta. Levamos internet a mais de 11 mil escolas rurais e a mais de 500 comunidades indígenas (DISCURSO, 2022). [...]

²⁷ Houve graves dissonâncias entre fatos e narrativas do presidente. Todos os biomas brasileiros vinham sofrendo com queimadas e desmatamento. Entre agosto de 2019 a julho de 2020, "o desmatamento da Amazônia teve uma alta de 9,5%", o maior índice desde 2008 e o equivalente a 7,2 vezes à área da cidade de São Paulo (GIRARDI, 2020a, p. A13). Conforme estimativa do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), sistema do INPE, "a devastação da floresta alcançou 11.088 km², ante os 10.129 km² registrados nos 12 meses anteriores, que também já haviam sido recordes". No tocante ao Pantanal, 2020 foi o ano com "o maior número de incêndios desde 1998", somando-se apenas os focos de 1º de janeiro a meados de setembro daquele ano, com 1,7 milhão de hectares destruídos (BORGES, 2020, p.

Sobre energia, Bolsonaro destacou que "cerca de 84% da nossa matriz elétrica atualmente é renovável, e esse é o objetivo que muitos países desenvolvidos esperam alcançar somente depois de 2040 ou 2050". Mencionou-se, ademais, que em 2021, o país foi eleito pela ONU como o "campeão da transição energética" e que existe potencial para o Brasil se tornar "um grande exportador mundial de energia limpa" (DISCURSO, 2022). Finalizando a pauta ambiental, Bolsonaro prosseguiu para o eixo de segurança internacional, pontuando que "a agenda do desenvolvimento sustentável é afetada, de várias maneiras, pelas ameaças à paz e à segurança internacional", haja vista que o conflito na Ucrânia acende alerta para a necessidade de reforma da ONU, a fim de propiciar paz mundial (DISCURSO, 2022).

O pronunciamento foi voltado ao público interno, de olho na disputa eleitoral de outubro de 2022, na qual foi o único presidente da Nova República a não ser reeleito, tendo sido derrotado por Lula — eleito para o terceiro mandato na presidência, outro fato inédito no Brasil redemocratizado (ROCHA e REZENDE, 2022). Foram abordados também: economia, combate à violência contra mulheres, liberdade de expressão e religiosa e sobre corrupção, promovendo ataques indiretos ao seu principal adversário (ROSA e BRONZATI, 2022, p. A6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante ao tema da proteção do meio ambiente em pronunciamentos dos presidentes brasileiros nas sessões da Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2022, constatou-se que nos governos de Sarney, Collor e Cardoso, os discursos visavam produzir comutações no cenário externo. As falas proferidas eram adaptadas às especificidades e expectativas dos países desenvolvidos em cada período, enfatizando-se atributos nacionais vendáveis ao sistema internacional. Frente aos demais Estados, os pronunciamentos na tribuna construíram narrativas capazes de projetar uma imagem atraente do Brasil aos demais Estados-membros da ONU e ao mundo, via repercussão midiática. Ou seja, por terem sido meras

A10). Segundo o INPE, em menos de nove meses, o bioma chegou a ter 16 mil focos, tendo uma média de 60 por dia. Antes, o recorde foi de 12,5 mil em 2002. Já em 2021, mesmo que a média geral das queimadas estivesse estabilizada, algumas regiões tiveram "elevação preocupante no número de incêndios" (JUNIOR, 2021, p. A19). De acordo com dados do INPE, o bioma mais afetado foi a Caatinga, "com aumento de 157% nos focos de incêndio na comparação de janeiro a agosto" de 2020. O Cerrado e a Mata Atlântica também sofreram com o aumento da devastação, sendo de 33% e 28%, respectivamente.

²⁸ A monarca Elizabeth Alexandra faleceu em 8 de setembro de 2022, aos 96 anos, em Aberdeenshire, na Escócia.

projeções, as descrições não necessariamente condiziam com a realidade do país.

Durante os governos petistas, o tema ambiental foi considerado desdobramento de uma “exitosa” promoção de justiça social e econômica. Houve exaltação à noção de desenvolvimento sustentável e da economia verde. Tanto o combate ao desmatamento quanto a contribuição do país para redução das emissões de carbono foram sucessivas vezes utilizados enquanto exemplos de boas práticas de proteção ao meio ambiente e enquanto moeda de troca no cenário internacional. Por conseguinte, foram assuntos recorrentes nas exposições das autoridades do país perante a AG/NU.

Na gestão de Temer o tema ambiental passou a ter menos destaque. Já no governo de Bolsonaro, concomitantemente ao desmonte das instituições e quadros normativos dedicados ao meio ambiente, no cenário internacional, ressuscitou-se uma narrativa dos anos 1970, segundo a qual qualquer crítica ao Brasil e à sua política ambiental representam um ataque à soberania estatal — uma tentativa velada de apropriação das riquezas naturais ou um protecionismo aos mercados agrícolas. Sem embargo, os discursos foram ainda mais nocivos do que aquele adotado pela Ditadura Civil-Militar, haja vista a negação de dados da realidade e do conhecimento científico.

Mesmo na época da Conferência de Estocolmo, o Governo brasileiro admitia a necessidade do debate sobre a pauta ambiental, atribuindo a maior parte da responsabilidade pela crise civilizatória às nações do eixo Norte e combatendo os considerados “empecilhos” para o contínuo crescimento econômico do Sul global. Contudo, as declarações descoladas da realidade feitas na AG/NU por Bolsonaro somente desfavoreceram a reputação do país, enquanto buscava-se agradar seu público interno. Importa ressaltar que tais posicionamentos no plano internacional subverteram o legado da diplomacia brasileira.

Visualiza-se que, no âmbito da COP26 – realizada em Glasgow (Escócia) em 2021, para detalhar os compromissos do Acordo de Paris – o Brasil tenha se posicionado de forma contrária às recomendações do sexto relatório do IPCC. Em mensagens encaminhadas à ONU, “o Brasil se opôs a recomendações para reduzir o consumo de carne no mundo, defendeu a produção de biocombustíveis e rebateu críticas à política ambiental do governo” (COP26, 2021). Houve, portanto, a instalação de um cenário de irreversibilidade dos danos ocasionados pela ação humana, considerando que a confluência entre desmatamento, crise hídrica, mudanças climáticas, perda da biodiversidade e negacionismo científico não encontraram óbices nem na política interna nem nas negociações internacionais.

Ressalte-se que as tímidas medidas acordadas entre os Estados para manutenção da vida na Terra, edificadas no entendimento de desenvolvimento sustentável, implicam na manutenção do *status quo* do predominante agir humano antropocêntrico, sobrepondo-se às demais formas de vida, e da contínua insistência no hegemônico sistema econômico capitalista. Este último apresenta padrões insustentáveis de produção e consumo, incentivos aos combustíveis fósseis e ao extrativismo e laxismo à poluição e à contaminação do meio ambiente. Neste contexto, o Brasil se apresentou enquanto um ator cada vez menos relevante, a despeito do seu gigantesco patrimônio ambiental, como demonstram os discursos analisados.

REFERÊNCIAS

- 7 DE SETEMBRO tem protestos a favor e contra o governo Bolsonaro. **G1**, Rio de Janeiro, 7 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/7-de-setembro-tem-protestos-a-favor-e-contra-o-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2021.
- AFP. Dilma condena uso generalizado da força na ONU. **UOL Notícias**, São Paulo, 24 set. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2014/09/24/dilma-condena-uso-generalizado-da-forca-na-onu.htm>. Acesso em: 6 set. 2021.
- AGUIAR, Moniza Heinzelmann Portella de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa; CARDOSO, Nayara Tavares. O discurso ambiental brasileiro e a transformação do conceito de soberania: uma análise de Estocolmo à Rio+20. *In: Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2015. p. 141-164. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudos-internacionais/article/view/8893>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- ALEGRETTI, Laís; BELLO, Giovanni. Em Londres para funeral da rainha, Bolsonaro faz discurso em tom de campanha e fala em vitória no 1º turno. **BBC News**, Londres, 18 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62946305>. Acesso em: 18 set. 2022.
- ALIUS, John. Preocupação com a paz marca pronunciamentos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1982.

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da diplomacia:** a destruição da inteligência no Itamaraty. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma certa ideia do Itamaraty:** a reconstrução da política externa e a restauração da diplomacia brasileira. Brasília: Diplomatzando, 2020.
- AQUINO, Yara. Brasil não tem "problemas estruturais graves", diz Dilma em discurso na ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 28 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/brasil-nao-tem-problemas-estruturais-graves-diz-dilma-em-discurso-na-onu>. Acesso em: 6 set. 2021.
- AS AMEAÇAS de Bolsonaro em discursos no 7 de Setembro. **BBC News Brasil**, Londres, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>. Acesso em: 6 out. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE. **Cronologia de um desastre anunciado:** Ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. Brasília: Ascema Nacional, 2021.
- AUGUSTO, Sérgio. 20+20 = zero. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2012. p. J3.
- AUTORIDADES precisam salvar a Rio+20 da falta de ambição. **WWF Brasil**, Brasília, 19 jun. 2012. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?31687/Autoridades-precisam-salvar-a-Rio-20-da-falta-de-ambio>. Acesso em: 9 set. 2021.
- AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, vol. 2, 2002. p. 135-146.
- BALAGO, Rafael. Bolsonaro evita exigência de vacina em restaurantes ao comer pizza na rua. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/bolsonaro-evita-exigencia-de-vacina-em-restaurantes-ao-comer-pizza-na-rua-em-nova-york.shtml>. Acesso em: 4 out. 2021.
- BARRUCHO, Luis. 'Nuvem de palavras': os termos mais usados por presidentes brasileiros em discursos na ONU desde 1982. **BBC News Brasil**, Londres, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49817017>. Acesso em: 8 set. 2021.
- BAUER, Michael W.; JORDAN, Andrew; GREEN-PEDERSEN, Christoffer; HÉRITIER, Adrienne. **Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- BERG, Ryan C. **A Hemisphere Safe for Democracy: Reflections on the State of Democracy Nearly Two Decades After the Inter-American Democratic Charter**. Washington: American Enterprise Institute, 2021a.
- BERG, Ryan C. **Rompendo um ciclo vicioso:** Primeiro comando da capital e a ameaça emergente oriunda das prisões no Brasil. Washington: AEI, 2020.
- BERG, Ryan C. **Statement before the U.S.-China Economic and Security Review Commission:** "China in Latin America and the Caribbean." Washington: CSIS, 2021b.
- BERG, Ryan C; BRANDS, Hal. **The Return of Geopolitics: Latin America and the Caribbean in an Era of Strategic Competition**. Miami: JGI, 2021.
- BETIM, Felipe; MARREIRO, Flávia. O discurso de Bolsonaro na ONU, analisado e confrontado com dados. **El País**, São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250_255091.html. Acesso em: 8 set. 2021.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *In: Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, set. 2013. p. 31-38.
- BOLSONARO divulga 'Declaração à Nação' e diz que não teve 'intenção de agredir' poderes. **G1**, Rio de Janeiro, 9 set. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/bolsonaro-divulga-texto-sobre-crise-institucional.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2021.
- BOLSONARO é único dos presidentes do G20 sem vacina na Assembleia Geral da ONU. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 set. 2021b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58604456>. Acesso em: 4 out. 2021.

- BORGES, André. Com 60 focos por dia, Pantanal tem o maior número de incêndios desde 1998. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 set. 2020. p. A10.
- BORGES, André. Governo passa do Inpe para Agricultura divulgação de dados sobre incêndios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2021. p. A16.
- BRASIL pede na ONU "um mundo novo". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1982. p. 1.
- BRASIL. **Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana**: Plano de Combate ao Lixo no Mar. Brasília: MMA, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil**. Brasília: Governo Federal/Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, 2008.
- BRITO, Sávio Breno Pires; BRAGA, Isaquê Oliveira; CUNHA, Carolina Coelho; PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. In: **Vigilância Sanitária em Debate**, vol. 8, n. 3, abr./jun. 2020. p. 54-63. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. O desmonte do patrimônio ambiental do Brasil: uma política pública do Presidente Bolsonaro In: GAITÁN, Flávio Alfredo; NICOLÁS, Maria Alejandra. **Desmonte do Estado e retração da cidadania**: pensando alternativas de proteção social. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021. p. 96-151.
- BUCCI, Eugênio. O pior negacionismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 set. 2021. p. A2.
- CAGLIARI, Arthur. Na contramão de proposta liberal, governo Bolsonaro adota medidas protecionistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/na-contramao-de-proposta-liberal-governo-bolsonaro-adota-medidas-protecionistas.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique. LVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2001. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 681-687.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. *Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order*. In: **Cambridge Review of International Affairs**, 2021. p. 1-21.
- CASARÕES, Guilherme; FLEMES, Daniel. *Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy*. In: **GIGA Focus | Latin America**, n. 5, set. 2019. p. 1-13.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Joana Angélica d'Avila Melo (trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. In: **Revista Brasileira Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, 2003. p. 5-25.
- CHADE, Jamil. Às vésperas de viagem de Bolsonaro, ONU denuncia abusos no Brasil. **UOL**, São Paulo, 13 set. 2021a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/13/onu-critica-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.
- CHADE, Jamil. Mal-estar sobre cúpula envolveu países da UE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2012a. p. H3.
- CHADE, Jamil. Projeção na ONU com imagem de Bolsonaro chama brasileiro de "vergonha". **UOL**, São Paulo, 20 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/20/projecao-na-onu-com-imagem-de-bolsonaro-chama-brasileiro-de-vergonha.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.
- CHADE, Jamil. Ridicularizado, Bolsonaro é alvo de avalanche de denúncias na ONU. **UOL**, São Paulo, 20 set. 2021b. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/20/ridicularizado-bolsonaro-e-alvo-de-avalanche-de-denuncias-na-onu.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=IwAR0g-

- 5i34pnzmOc5Er3C8dyxohvYHuVTFNuP69FWgmg16YkKHrFuvoggFW4. Acesso em: 4 out. 2021.
- CHADE, Jamil. *WikiLeaks*: EUA tentaram adiar Rio+20. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2012b. p. H3.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHIARETTI, Daniela. Brasil apresentado por Bolsonaro na ONU só existe em seu mundo paralelo. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/09/22/brasil-apresentado-na-onu-so-existe-em-seu-mundo-paralelo.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2021.
- COLLOR, Fernando. XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1990. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. p. 519-529.
- COLLOR, Fernando. XLVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1991. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. p. 535-546.
- COP26: As críticas do Brasil a relatório da ONU crucial para conferência sobre mudanças climáticas. **BBC News Brasil**, Londres, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58928120>. Acesso em: 21 out. 2021.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- DANTAS, Fernando. Brasil pressiona e líder da ONU recua. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2012. p. H4.
- DIAZ, Jaclyn. *Brazil's Jair Bolsonaro Remains Defiant On COVID-19 And The Environment At The U.N.* **NPR**, Washington, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/09/22/1039540502/brazils-bolsonaro-on-covid-environment-at-the-un>. Acesso em: 5 out. 2021.
- DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral [sic] das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 4 set. 2021.
- DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 4 set. 2021.
- DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 5 set. 2021.
- DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 5 set. 2021.
- DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 5 set. 2021.
- DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.
- DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). **Biblioteca da Presidência da República**, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.
- DISCURSO da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 19 de setembro de 2017. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 19 set. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 7 set. 2021.

DISCURSO do Presidente Michel Temer na abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 25 set. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 7 set. 2021.

DISCURSO do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, 24 de setembro de 2019. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 8 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 9 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na "Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU". **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 20 set. 2022.

DUARTE, Hélder. Dilma Rousseff faz discurso na ONU e fala sobre atual situação do Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 28 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/09/dilma-rousseff-faz-discurso-na-onu-e-fala-sobre-atual-situacao-do-brasil.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

EFRAIM, Anita. Bolsonaro na ONU: Presidente faz discurso eleitoral e ignora problemas no Brasil.

Yahoo Notícias Brasil, São Paulo, 20 set. 2022. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-onu-discurso-ignora-problemas-brasil-141227729.html>. Acesso em: 20 set. 2022.

FARIAS, Everton; MATOS, Giovana; LEITE, Letícia; FRANCO, Luiz; LAGOSTA, Pedro; MARTINS, Rafaela; AZZI, Diego Araujo. De referência a pária - A tragédia da diplomacia ambiental no governo Bolsonaro. *In*: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: Editora UFABC, 2021. p. 75-86.

FERRANTE, Lucas; DUCZMAL, Luiz; STEINMETZ, Wilhelm Alexander; ALMEIDA, Alexandre Celestino Leite; LEÃO, Jeremias; VASSÃO, Ruth Camargo; TUPINAMBÁS, Unaí; FEARNside, Philip Martin. *How Brazil's President turned the country into a global epicenter of COVID-19*. *In*: **Journal of Public Health Policy**, vol. 42, 2021. p. 439-451. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41271-021-00302-0>. Acesso em: 10 out. 2021.

FERREIRA, Lilian. Rio+20: mesmo com críticas, líderes não alteram documento pouco ambicioso, mas de consenso. **UOL**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/22/mesmo-com-criticas-da-sociedade-lideres-nao-alteram-documento-da-rio20-pouco-ambicioso-mas-de-consenso.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.

FIGUEIREDO, João. XXXVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1982: Presidente João Figueiredo. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 405-416.

FORMENTI, Lígia. ONU definirá metas sustentáveis para os países. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2014. p. A15.

GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GERTH, H. H.; MILLS, Wright. **Max Weber: Ensaio de Sociologia**. Waltensir Dutra (trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

- GIRARDI, Giovana. Desmate na Amazônia é o maior desde 2008. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 dez. 2020a. p. A13.
- GIRARDI, Giovana. Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo coronavírus. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2020b. p. A18.
- GIRARDI, Giovana; CHADE, Jamil. ONU lança metas para mundo ser mais sustentável. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 2015. p. A16.
- GRAY, John. **Falso Amanhecer**: Os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador e novos extrativismos: As ambivalências do progressismo sul-americano. In: **Nueva Sociedad especial em português**, set. 2013. p. 57-75.
- GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. *Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment*. In: **International Affairs**, vol. 97, n. 2, 2021. p. 345-363.
- HATOUM, Milton. Sair das trevas, derrotar a barbárie. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2021. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,sair-das-trevas-derrotar-a-barbarie,70003842117>. Acesso em: 17 set. 2021.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Marcos Santarrita (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORA de afirmação e cobrança. **Em Discussão!** Revista de audiências públicas do Senado Federal, Ano 3, n. 11, jun. 2012. p. 42-46.
- JESUS, Maria Paula Heck de; BARROS, Antonio Teixeira de. Estratégias discursivas de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2020. In: **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr./ago. 2021. p. 274-305. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/41353>. Acesso em: 8 set. 2021.
- JORNAL DA USP NO AR. Parecer de juristas à CPI aponta possíveis crimes do governo federal durante pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/parecer-de-juristas-a-cpi-aponta-possiveis-crimes-do-governo-federal-durante-pandemia/>. Acesso em: 12 out. 2021.
- JUNIOR, Gonçalo. Caatinga é o bioma mais afetado por incêndios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2021. p. A19.
- KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Cláudio Figueiredo (trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- LAFER, Celso. Antes e depois da Rio-92. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2017. p. A2.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio e Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2007.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Renato Aguiar (trad.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza. **Oswaldo Aranha**: um estadista brasileiro - Volume 1. Brasília: FUNAG, 2017.
- LINDNER, Julia; GIRARDI, Giovana. Sem provas, Bolsonaro liga ONGs a incêndio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2019. p. A16.
- LISBOA, Marijane Vieira. Agenda ambiental, política externa e diplomacia descentralizada. In: **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 1, n. 1, jan./jun. 2013. p. 83-94. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudos-internacionais/article/view/5161>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- LONDOÑO, Ernesto. *Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech*. **The New York Times**, Nova Iorque, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/21/world/americas/bolsonaro-covid-vaccine-un.html>. Acesso em: 5 out. 2021.
- MAC, Aissa; ALVES, Rafael. Bolsonaro na ONU: nuvem de palavras compara discursos de 2019 e 2020. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 set. 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/20](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020-09-22)

- 20/09/22/interna_politica,1187901/bolsonaro-na-onu-nuvm-de-palavras-compara-discursos-de-2019-e-2020.shtml. Acesso em: 9 set. 2021.
- MACÁRIO, Carol; RÔMANY, Ítalo; MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália. Na ONU, Bolsonaro cita dados falsos sobre pandemia e meio ambiente. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 22 set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/22/bolsonaro-onu-2020/>. Acesso em: 9 set. 2021.
- MAITINO, Martin Egon. Populismo e bolsonarismo. *In: Cadernos Cemarx*, n. 13, 17 nov. 2020. p. 1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v13i00.13167>. Acesso em: 9 set. 2021.
- MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo. **G1**, Brasília, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2021.
- MENEZES, Roberto Goulart; BARBOSA JR., Ricardo. *Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition*. *In: Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft*, v. 15, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12286-021-00491-8>. Acesso em: 9 set. 2021. p. 229-247.
- MISHRA, Stuti. *Unvaccinated Brazil leader Jair Bolsonaro to defy jab rules for UN summit in New York*. **The Independent**, Londres, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/jair-bolsonaro-brazil-un-summit-covid-1922074.html>. Acesso em: 5 out. 2021.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **As grandes linhas da política externa brasileira**. Brasília: CEPAL - Escritório no Brasil/IPEA, 2011.
- MORAES, Marcelo de; POMPEU, Lauriberto; WETERMAN, Daniel. CPI vai investigar governo e repasse federal a Estados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2021. p. A4.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg (trad.). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NA ONU, Temer diz que impeachment de Dilma respeitou a Constituição. **G1**, Brasília, 20 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/temer-discursa-na-abertura-da-71-assembleia-geral-da-onu.html>. Acesso em: 6 set. 2021.
- NOTA OFICIAL - Presidente Jair Bolsonaro - 09/09/2021. **Governo Federal - Governo do Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021>. Acesso em: 6 out. 2021.
- 'O QUE eles querem lá?', diz Bolsonaro sobre oferta de ajuda do G7 para Amazônia. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49471483>. Acesso em: 9 set. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio de Janeiro. *In: Estudos Avançados*, v. 6, n. 15, 1992. p. 153-159. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9590>. Acesso em: 9 jun. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): O Futuro que Queremos**. Rio de Janeiro: ONU, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) [trad.]. Rio de Janeiro: ONU, 2016.
- PALAVRAS do Senhor Presidente da República na abertura do Debate Geral da LXXVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – 21 de setembro de 2021. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 5 out. 2021.
- PASSARINHO, Nathalia. Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional. **G1**, Rio de Janeiro, 24 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/dilma-diz-na-onu-que-espionagem-fere-soberania-e-direito-internacional.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

- PASSARINHO, Nathalia. 1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- PASSARINHO, Nathalia. Em reunião fechada, países criticam 'falta de ambição' de texto da Rio+20. **G1**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/em-reuniao-fechada-paises-criticam-falta-de-ambicao-de-texto-da-rio20.html/>. Acesso em: 9 set. 2021.
- PASSARINHO, Nathalia. O que os discursos de presidentes brasileiros na ONU revelam sobre a posição do Brasil no xadrez internacional. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49804564>. Acesso em: 2 set. 2021.
- PASSARINHO, Nathalia; IDOETA, Paula Adamo. Bolsonaro perdeu 'oportunidade de ouro' na ONU com discurso 'belicoso' para agradar base, dizem analistas. **BBC News Brasil**, Londres e São Paulo, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49801801>. Acesso em: 8 set. 2021.
- PEDUZZI, Pedro; AQUINO, Yara. "Brasil é um país de refugiados", diz Dilma na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 28 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/brasil-e-um-pais-de-refugiados-diz-dilma-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 6 set. 2021.
- PHILLIPS, Tom. Bolsonaro vowed to show a new Brazil but 'lie-filled' UN speech cuts little ice. **The Guardian**, Londres, 21 set. 2021a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/21/jair-bolsonaro-brazil-un-speech>. Acesso em: 5 out. 2021.
- PHILLIPS, Tom. Jair Bolsonaro plans to flout New York vaccine rules at UN meeting. **The Guardian**, Londres, 17 set. 2021b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/17/jair-bolsonaro-covid-vaccine-new-york-un-meeting>. Acesso em: 5 out. 2021.
- PIRES, Elson Luciano Silva. A fúria da COVID-19, a desorganização econômica e a intervenção do Estado. In: BURGINSKI, Vanda Micheli; ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do (org.). **Estado, política social e territórios: reflexões sobre a pandemia**. Palmas: EDUFT, 2021. p. 17-34.
- PRONUNCIAMENTO do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.
- ROCHA, Marcelo; REZENDE, Constança. Lula diz que cabe a Bolsonaro reconhecer derrota e que protestos são sem sentido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/lula-diz-que-cabe-a-bolsonaro-reconhecer-derrota-e-que-protestos-sao-sem-sentido.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- ROSA, Luciana; BRONZATI, Aline. Na ONU, Bolsonaro exalta seu governo e cita condenações de Lula na Lava Jato. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de setembro de 2022, p. A6.
- REALITY CHECK TEAM. Bolsonaro: Fact-checking claims by the Brazilian leader at UN. **BBC News**, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/58652461>. Acesso em: 5 out. 2021.
- SANCHES, Mariana. EUA debatem lei que pode barrar US\$ 500 milhões em exportações do Brasil por desmatamento. **BBC News Brasil**, Washington, 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58826789>. Acesso em: 7 out. 2021.
- SARNEY, José. XL Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1985. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. p. 445-459.
- SARNEY, José. XLIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1989. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. p. 505-516.
- SHINOHARA, Gabriel; SOARES, Jussara. O fim da sutileza internacional brasileira. **Revista Época - O Globo**, Rio de Janeiro, 27 set. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/o-fim-da-sutileza-internacional-brasileira-23977614?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post. Acesso em: 8 set. 2021.

- SILVA, Luiz Inácio Lula da. LVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2003. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. p. 703-710.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. LIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2004. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. p. 715-721.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. LXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2006. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007c. p. 761-765.
- SOARES, Jussara; TRINDADE, Naira. Autor da carta de Bolsonaro, Michel Temer usa episódio para reerguer imagem. **Extra**, Rio de Janeiro, 18 set. 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/autor-da-carta-de-bolsonaro-michel-temer-usa-episodio-para-reerguer-imagem-25203444.html>. Acesso em: 6 out. 2021.
- SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- STRUCK, Jean-Philip. Na ONU, Bolsonaro defende ineficaz "tratamento precoce". **DW Brasil**, Bonn, 21 set. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/40btS>. Acesso em: 6 out. 2021.
- TEXTO da Rio+20 causa recuo do líder da ONU e manifesto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2012. p. H1.
- TIMSIT, Annabelle. *Jair Bolsonaro, defiantly unvaccinated, will test U.N. General Assembly's covid 'honor system'*. **The Washington Post**, Washington, 19 set. 2021. Disponível: <https://www.washingtonpost.com/world/2021/09/19/jair-bolsonaro-unga-vaccine-honor-system/>. Acesso em: 5 out. 2021.
- TOUEG, Gabriel. Brazil's Bolsonaro makes election speech, distorts facts in UN address. **Anadolu Agency**, Ancara, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/americas/brazil-s-bolsonaro-makes-election-speech-distorts-facts-in-un-address/2371004>. Acesso em: 5 out. 2021.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19**. São Paulo: CEPEDISA/FSP/USP, 2021.
- VECCHIO, Victor Del. O universo paralelo de Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-universo-paralelo-de-bolsonaro/>. Acesso em: 5 out. 2021.
- VENTURA, Deisy; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. In: **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**, São Paulo, n. 10, 2021. p. 6-31. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. e Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa (trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WERNECK, Natasha; ALVES, Rafael; DIAS, Roger. Bolsonaro na ONU: nuvem de palavras compara discursos de 2020 e 2021. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 set. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/21/interna_politica,1307592/bolsonaro-na-onu-nuvem-de-palavras-compara-discursos-de-2020-e-2021.shtml. Acesso em: 4 out. 2021.